

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	25
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	26
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	138
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	141
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	498.298
Preferenciais	0
Total	498.298
Em Tesouraria	
Ordinárias	135
Preferenciais	0
Total	135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	6.762.766	6.055.373	4.395.601
1.01	Ativo Circulante	4.282.677	4.256.528	3.354.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	759.638	723.915	351.590
1.01.02	Aplicações Financeiras	179.482	154.841	739.002
1.01.03	Contas a Receber	1.430.192	1.097.818	732.464
1.01.03.01	Clientes	1.388.495	1.037.646	701.919
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	41.697	60.172	30.545
1.01.04	Estoques	1.516.014	2.030.031	1.426.503
1.01.06	Tributos a Recuperar	206.992	134.967	63.576
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	206.992	134.967	63.576
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	206.992	134.967	63.576
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.635	5.948	9.662
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	8.635	5.948	9.662
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	181.724	109.008	31.508
1.01.08.03	Outros	181.724	109.008	31.508
1.01.08.03.01	Adiantamentos	1.550	9.470	686
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros	166.912	83.048	25.089
1.01.08.03.03	Partes Relacionada	13.262	16.490	5.733
1.02	Ativo Não Circulante	2.480.089	1.798.845	1.041.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	475.053	300.853	247.709
1.02.01.04	Contas a Receber	7.212	1.528	14.757
1.02.01.04.01	Clientes	7.212	1.528	14.757
1.02.01.07	Tributos Diferidos	271.890	123.194	92.187
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	271.890	123.194	92.187
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	17.400
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	0	0	17.400
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	195.951	176.131	123.365
1.02.01.10.03	Outros	2.041	1.486	1.092

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	193.794	173.137	122.059
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	116	121	214
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros	0	1.387	0
1.02.02	Investimentos	46.627	879	0
1.02.02.01	Participações Societárias	46.627	879	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	46.627	879	0
1.02.03	Imobilizado	1.939.859	1.496.772	793.132
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.929.185	1.482.300	779.552
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.674	14.472	13.580
1.02.04	Intangível	18.550	341	455
1.02.04.01	Intangíveis	18.550	341	455
1.02.04.01.02	Intangível	18.550	341	455

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	6.762.766	6.055.373	4.395.601
2.01	Passivo Circulante	2.695.403	2.720.965	1.831.275
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.825	39.592	28.503
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	47.825	39.592	28.503
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	47.825	39.592	28.503
2.01.02	Fornecedores	2.032.321	1.966.774	1.225.903
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.032.321	1.966.774	1.225.903
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.470	17.868	13.803
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.470	17.868	13.803
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	555
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	11.470	17.868	13.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	481.788	599.144	488.866
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	481.788	599.144	488.866
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	386.543	534.423	328.203
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	95.245	64.721	160.663
2.01.05	Outras Obrigações	121.999	97.587	74.200
2.01.05.02	Outros	121.999	97.587	74.200
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	4.173	0
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros	77.445	39.739	39.402
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	22.411	16.455	8.789
2.01.05.02.06	Passivo de Arrendamento	3.845	4.887	4.204
2.01.05.02.07	Parcelamentos Tributários	1.487	1.396	1.314
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	16.811	30.937	20.491
2.02	Passivo Não Circulante	719.626	517.432	328.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	697.382	496.926	310.834
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	697.382	496.926	310.834
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	697.382	496.926	278.623
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	32.211

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02	Outras Obrigações	10.694	14.170	14.945
2.02.02.02	Outros	10.694	14.170	14.945
2.02.02.02.03	Parcelamentos Tributários	2.776	4.105	5.276
2.02.02.02.04	Passivos de Arrendamento	7.781	10.065	9.669
2.02.02.02.05	Fornecedores	137	0	0
2.02.04	Provisões	11.550	6.336	2.307
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.550	6.336	2.307
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.550	6.336	2.307
2.03	Patrimônio Líquido	3.347.737	2.816.976	2.236.240
2.03.01	Capital Social Realizado	1.518.662	1.515.504	1.506.212
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.518.662	1.515.504	1.506.212
2.03.02	Reservas de Capital	32.225	25.086	13.311
2.03.02.04	Opções Outorgadas	34.266	25.086	13.311
2.03.02.07	Transações de capital com sócios	-2.041	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.795.128	1.273.434	712.817
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.738.078	1.220.368	712.817
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	58.524	53.066	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.474	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.005	2.952	3.900
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.005	2.952	3.900
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-283	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.957.496	6.885.262	5.339.317
3.01.01	Receita Líquida	8.957.496	6.885.262	5.339.317
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.751.833	-5.842.540	-4.638.263
3.02.01	Custo das mercadorias e produtos vendidos	-7.751.833	-5.842.540	-4.638.263
3.03	Resultado Bruto	1.205.663	1.042.722	701.054
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-773.709	-504.890	-347.460
3.04.01	Despesas com Vendas	-756.634	-462.092	-319.965
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-756.634	-462.092	-319.965
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.038	-67.956	-55.707
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-64.038	-67.956	-55.707
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-5.305	-620	0
3.04.03.01	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-5.305	-620	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.384	25.440	28.212
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	41.384	25.440	28.212
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.884	338	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	431.954	537.832	353.594
3.06	Resultado Financeiro	-1.026	2.699	26.243
3.06.01	Receitas Financeiras	393.350	318.952	207.769
3.06.02	Despesas Financeiras	-394.376	-316.253	-181.526
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	430.928	540.531	379.837
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	144.359	30.906	50.469
3.08.01	Corrente	-4.337	-101	-17.791
3.08.02	Diferido	148.696	31.007	68.260
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	575.287	571.437	430.306
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	575.287	571.437	430.306
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1.15514	1.15247	0,965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,14631	1,13926	0,9538

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	575.287	571.437	430.306
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-283	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	575.004	571.437	430.306

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	633.291	241.714	105.523
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	461.713	616.669	584.352
6.01.01.02	Lucro do exercício antes dos impostos	430.928	540.531	379.837
6.01.01.03	Depreciação e amortização	51.191	32.735	23.345
6.01.01.04	Amortização direito de uso	5.414	4.668	4.119
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos	125.315	83.773	80.258
6.01.01.06	Provisão para devedores duvidosos	5.305	620	898
6.01.01.07	Provisão para litígios	5.214	4.029	739
6.01.01.08	Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	1.401	1.471	891
6.01.01.09	Custo residual do ativo imobilizado baixado	565	746	686
6.01.01.10	Ajuste a valor justo de commodities	-15.872	47.700	113.085
6.01.01.11	Despesa com outorga de opções de ações	9.180	11.775	13.311
6.01.01.12	Rendimento de aplicações financeiras	-72.604	-92.031	-33.603
6.01.01.13	Crédito tributário registrado	-4.076	-36.819	0
6.01.01.14	Ajuste a valor justo de instrumento derivativo Swap	-69.364	17.809	786
6.01.01.15	Equivalência patrimonial	-10.884	-338	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	175.838	-353.778	-462.174
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-407.133	-337.361	-197.417
6.01.02.02	Instrumentos financeiros	0	-15.289	-2.529
6.01.02.03	Estoques	500.601	-562.075	-135.497
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-88.607	-85.651	-18.507
6.01.02.05	Outros ativos	16.606	-29.369	37.366
6.01.02.06	Fornecedores	153.557	626.131	-155.346
6.01.02.07	Impostos a recolher	-6.475	25.242	-4.774
6.01.02.08	Salários, provisões e encargos sociais	8.233	11.089	8.990
6.01.02.09	Parcelamentos	-1.239	-1.089	-1.654
6.01.02.10	Adiantamento de clientes	5.956	7.666	3.458
6.01.02.11	Instrumentos financeiros	0	2.081	4.358

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.12	Outros passivos	-14.127	10.450	-622
6.01.02.13	Adiantamentos de clientes	7.920	-8.784	0
6.01.02.14	Despesas antecipadas	-2.687	-3.555	0
6.01.02.15	Contas a receber partes relacionadas	3.228	6.643	0
6.01.02.16	Depósitos judiciais	5	93	0
6.01.03	Outros	-4.260	-21.177	-16.655
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.260	-21.177	-16.655
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-481.933	-22.612	-1.123.540
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-474.630	-697.857	-384.538
6.02.04	Aquisição de intangível	-18.361	-67	0
6.02.06	Aplicação financeira	47.963	676.191	-739.002
6.02.07	Investimento em Controlada	-36.905	-879	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-115.635	153.223	1.116.915
6.03.02	Empréstimos e financiamentos captados	987.577	923.605	875.548
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	-905.424	-691.185	-810.267
6.03.04	Pagamento de dividendos	-57.238	-7.595	-25.721
6.03.05	Pagamento de arrendamento	-6.343	-5.952	-4.785
6.03.06	Aumento de capital	3.158	9.488	1.152.941
6.03.07	Custos com a emissão de ações	0	-298	-70.801
6.03.08	Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	-135.891	-74.840	0
6.03.09	Ações em tesouraria	-1.474	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.723	372.325	98.898
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	723.915	351.590	252.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	759.638	723.915	351.590

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.515.504	25.086	1.273.434	0	2.952	2.816.976
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.515.504	25.086	1.273.434	0	2.952	2.816.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.158	7.139	3.984	-58.524	0	-44.243
5.04.01	Aumentos de Capital	3.158	0	0	0	0	3.158
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.180	0	0	0	9.180
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.474	0	0	-1.474
5.04.06	Dividendos	0	0	58.524	-58.524	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-53.066	0	0	-53.066
5.04.10	Transações de capital com sócios	0	-2.041	0	0	0	-2.041
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	575.287	-283	575.004
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	575.287	0	575.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-283	-283
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-283	-283
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	517.710	-516.763	-947	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	517.710	-517.710	0	0
5.06.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	947	-947	0
5.07	Saldos Finais	1.518.662	32.225	1.795.128	0	1.722	3.347.737

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.506.212	13.311	712.817	0	3.900	2.236.240
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.506.212	13.311	712.817	0	3.900	2.236.240
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.292	11.775	45.471	-57.239	0	9.299
5.04.01	Aumentos de Capital	9.489	0	0	0	0	9.489
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-197	0	0	0	0	-197
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.775	0	0	0	11.775
5.04.06	Dividendos	0	0	53.066	-53.066	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-7.595	0	0	-7.595
5.04.09	Dividendo obrigatório	0	0	0	-4.173	0	-4.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	571.437	0	571.437
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	571.437	0	571.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	515.146	-514.198	-948	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	479.519	-479.519	0	0
5.06.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	948	-948	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Investimento	0	0	26.216	-26.216	0	0
5.06.06	Constituição de Reserva Legal	0	0	9.411	-9.411	0	0
5.07	Saldos Finais	1.515.504	25.086	1.273.434	0	2.952	2.816.976

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	400.000	0	307.285	0	4.847	712.132
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	400.000	0	307.285	0	4.847	712.132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.106.212	13.311	-25.721	0	0	1.093.802
5.04.01	Aumentos de Capital	1.152.941	0	0	0	0	1.152.941
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-46.729	0	0	0	0	-46.729
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.311	0	0	0	13.311
5.04.06	Dividendos	0	0	-25.721	0	0	-25.721
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	430.306	0	430.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	430.306	0	430.306
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	431.253	-430.306	-947	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	431.253	-431.253	0	0
5.06.04	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	947	-947	0
5.07	Saldos Finais	1.506.212	13.311	712.817	0	3.900	2.236.240

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	8.957.496	6.885.262	5.422.708
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.957.496	6.885.262	5.422.708
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.926.294	-5.994.974	-4.688.777
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.751.833	-5.842.540	-4.656.467
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-367.928	-210.291	-60.522
7.02.04	Outros	193.467	57.857	28.212
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.031.202	890.288	733.931
7.04	Retenções	-56.605	-37.403	-27.464
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.605	-37.403	-27.464
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	974.597	852.885	706.467
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	393.350	318.952	211.591
7.06.02	Receitas Financeiras	393.350	318.952	211.591
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.367.947	1.171.837	918.058
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.367.947	1.171.837	918.058
7.08.01	Pessoal	248.175	214.498	126.444
7.08.01.01	Remuneração Direta	163.399	139.938	37.320
7.08.01.02	Benefícios	73.910	66.289	83.348
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.866	8.271	5.776
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	71.028	45.519	59.515
7.08.02.01	Federais	-1.298	-588	42.440
7.08.02.02	Estaduais	71.652	45.264	15.419
7.08.02.03	Municipais	674	843	1.656
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	473.457	340.383	301.793
7.08.03.01	Juros	169.136	133.936	45.168
7.08.03.02	Aluguéis	3.625	3.851	5.740
7.08.03.03	Outras	300.696	202.596	250.885
7.08.03.03.01	Outras	77.584	20.954	250.885
7.08.03.03.02	Variação Cambial	160.536	145.452	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.03.03	Hedge Financeiro	62.576	36.190	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	575.287	571.437	430.306
7.08.04.02	Dividendos	0	11.768	13.921
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	575.287	559.669	416.385

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	6.883.789	6.081.989	4.395.601
1.01	Ativo Circulante	4.422.008	4.257.219	3.354.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.028.483	724.314	351.590
1.01.02	Aplicações Financeiras	197.451	154.841	739.002
1.01.03	Contas a Receber	1.281.453	1.098.103	732.464
1.01.03.01	Clientes	1.238.679	1.037.931	701.919
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	42.774	60.172	30.545
1.01.04	Estoques	1.516.014	2.030.031	1.426.503
1.01.06	Tributos a Recuperar	207.054	134.967	63.576
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	207.054	134.967	63.576
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	207.054	134.967	63.576
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.525	5.955	9.662
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	9.525	5.955	9.662
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182.028	109.008	31.508
1.01.08.03	Outros	182.028	109.008	31.508
1.01.08.03.01	Adiantamentos	1.649	9.470	686
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros	166.912	83.048	25.089
1.01.08.03.03	Partes Relacionada	13.467	16.490	5.733
1.02	Ativo Não Circulante	2.461.781	1.824.770	1.041.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	476.827	300.853	247.709
1.02.01.04	Contas a Receber	7.212	1.528	14.757
1.02.01.04.01	Clientes	7.212	1.528	14.757
1.02.01.07	Tributos Diferidos	273.664	123.194	92.187
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	273.664	123.194	92.187
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	17.400
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	0	0	17.400
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	195.951	176.131	123.365
1.02.01.10.03	Outros	2.041	1.486	1.092

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	193.794	173.137	122.059
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	116	121	214
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros	0	1.387	0
1.02.03	Imobilizado	1.965.621	1.523.576	793.132
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.947.515	1.500.239	779.552
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.106	23.337	13.580
1.02.04	Intangível	19.333	341	455
1.02.04.01	Intangíveis	19.333	341	455
1.02.04.01.02	Intangível	19.333	341	455

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	6.883.789	6.081.989	4.395.601
2.01	Passivo Circulante	2.784.746	2.739.186	1.831.275
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.610	39.612	28.503
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.610	39.612	28.503
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	48.610	39.612	28.503
2.01.02	Fornecedores	2.032.130	1.966.774	1.225.903
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.032.130	1.966.774	1.225.903
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.613	17.923	13.803
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.613	17.923	13.803
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	555
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	12.613	17.923	13.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	562.129	599.144	488.866
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	562.129	599.144	488.866
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	466.884	534.423	328.203
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	95.245	64.721	160.663
2.01.05	Outras Obrigações	129.264	115.733	74.200
2.01.05.02	Outros	129.264	115.733	74.200
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	4.173	0
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros	77.445	39.739	39.402
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	22.451	16.455	8.789
2.01.05.02.06	Passivo de Arrendamento	5.802	6.936	4.204
2.01.05.02.07	Parcelamentos Tributários	1.487	1.396	1.314
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	22.079	47.034	20.491
2.02	Passivo Não Circulante	747.152	524.248	328.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	710.383	496.926	310.834
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	710.383	496.926	310.834
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	710.383	496.926	278.623
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	32.211

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02	Outras Obrigações	25.219	20.986	14.945
2.02.02.02	Outros	25.219	20.986	14.945
2.02.02.02.03	Parcelamentos Tributários	2.776	4.105	5.276
2.02.02.02.04	Passivos de Arrendamento	13.191	16.881	9.669
2.02.02.02.05	Fornecedores	137	0	0
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	9.115	0	0
2.02.04	Provisões	11.550	6.336	2.307
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.550	6.336	2.307
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.550	6.336	2.307
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.351.891	2.818.555	2.236.240
2.03.01	Capital Social Realizado	1.518.662	1.515.504	1.506.212
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.518.662	1.515.504	1.506.212
2.03.02	Reservas de Capital	32.225	25.086	13.311
2.03.02.04	Opções Outorgadas	34.266	25.086	13.311
2.03.02.07	Transações de capital com sócios	-2.041	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.795.128	1.273.434	712.817
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.738.078	1.220.368	712.817
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	58.524	53.066	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.474	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.005	2.952	3.900
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.005	2.952	3.900
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-283	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.154	1.579	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.998.985	6.885.839	5.339.317
3.01.01	Receita Líquida	8.998.985	6.885.839	5.339.317
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.752.979	-5.842.540	-4.638.263
3.02.01	Custo das mercadorias e produtos vendidos	-7.752.979	-5.842.540	-4.638.263
3.03	Resultado Bruto	1.246.006	1.043.299	701.054
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-804.316	-505.648	-347.460
3.04.01	Despesas com Vendas	-764.746	-462.094	-319.965
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-764.746	-462.094	-319.965
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.818	-68.374	-55.707
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-71.818	-68.374	-55.707
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-8.939	-620	0
3.04.03.01	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-8.939	-620	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.187	25.440	28.212
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	41.187	25.440	28.212
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	441.690	537.651	353.594
3.06	Resultado Financeiro	-12.970	2.670	26.243
3.06.01	Receitas Financeiras	382.546	318.952	207.769
3.06.02	Despesas Financeiras	-395.516	-316.282	-181.526
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	428.720	540.321	379.837
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	145.082	30.853	50.469
3.08.01	Corrente	-5.388	-154	-17.791
3.08.02	Diferido	150.470	31.007	68.260
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	573.802	571.174	430.306
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	573.802	571.174	430.306
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	575.287	571.437	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.485	-263	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99.01.01	ON	1,15216	1,15194	0,965
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,14335	1,13873	0,9538

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	573.802	571.174	430.306
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-283	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	573.519	571.174	430.306
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	575.004	571.437	430.306
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.485	-263	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	863.505	257.697	105.523
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	479.758	617.165	584.352
6.01.01.02	Lucro do exercício antes dos impostos	428.720	540.321	379.837
6.01.01.03	Depreciação e amortização	51.268	33.012	23.345
6.01.01.04	Amortização direito de uso	6.329	4.734	4.119
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos	130.092	83.773	80.258
6.01.01.06	Provisão para devedores duvidosos	8.631	620	898
6.01.01.07	Provisão para litígios	5.214	4.029	739
6.01.01.08	Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	1.675	1.496	891
6.01.01.09	Custo residual do ativo imobilizado baixado	565	746	686
6.01.01.10	Ajuste a valor justo de commodities	-15.872	47.700	113.085
6.01.01.11	Despesa com outorga de opções de ações	9.180	11.775	13.311
6.01.01.12	Rendimento de aplicações financeiras	-72.604	-92.031	-33.603
6.01.01.13	Crédito tributário registrado	-4.076	-36.819	0
6.01.01.14	Ajuste a valor justo de instrumento derivativo Swap	-69.364	17.809	786
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	388.007	-338.291	-462.174
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-189.966	-337.646	-197.417
6.01.02.02	Instrumentos financeiros	0	-15.289	-2.529
6.01.02.03	Estoques	500.601	-562.075	-135.497
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-88.668	-85.651	-18.507
6.01.02.05	Outros ativos	16.058	-29.707	37.366
6.01.02.06	Fornecedores	152.211	626.131	-155.346
6.01.02.07	Impostos a recolher	-7.094	25.244	-4.774
6.01.02.08	Salários, provisões e encargos sociais	8.671	11.108	8.990
6.01.02.09	Parcelamentos	-1.239	-1.089	-1.654
6.01.02.10	Adiantamento de clientes	5.996	7.666	3.458
6.01.02.11	Instrumentos financeiros	0	2.081	4.358
6.01.02.12	Outros passivos	-15.842	26.547	-622

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.13	Adiantamentos de clientes	7.821	-8.784	0
6.01.02.14	Despesas antecipadas	-3.570	-3.563	0
6.01.02.15	Contas a receber partes relacionadas	3.023	6.643	0
6.01.02.16	Depósitos judiciais	5	93	0
6.01.03	Outros	-4.260	-21.177	-16.655
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.260	-21.177	-16.655
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-459.799	-39.948	-1.123.540
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-474.938	-716.072	-384.538
6.02.04	Aquisição de intangível	-18.784	-67	0
6.02.06	Aplicação financeira	46.947	676.191	-739.002
6.02.08	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-13.024	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-99.537	154.975	1.116.915
6.03.02	Empréstimos e financiamentos captados	1.042.342	923.605	875.548
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	-946.896	-691.185	-810.267
6.03.04	Pagamento de dividendos	-57.238	-7.595	-25.721
6.03.05	Pagamento de arrendamento	-7.597	-6.042	-4.785
6.03.06	Aumento de capital	7.217	11.330	1.152.941
6.03.07	Custos com a emissão de ações	0	-298	-70.801
6.03.08	Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	-135.891	-74.840	0
6.03.09	Ações em tesouraria	-1.474	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	304.169	372.724	98.898
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	724.314	351.590	252.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.028.483	724.314	351.590

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.515.504	25.086	1.273.434	0	2.952	2.816.976	1.579	2.818.555
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.515.504	25.086	1.273.434	0	2.952	2.816.976	1.579	2.818.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.158	7.139	3.984	-58.524	0	-44.243	4.060	-40.183
5.04.01	Aumentos de Capital	3.158	0	0	0	0	3.158	4.060	7.218
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.180	0	0	0	9.180	0	9.180
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.474	0	0	-1.474	0	-1.474
5.04.06	Dividendos	0	0	58.524	-58.524	0	0	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-53.066	0	0	-53.066	0	-53.066
5.04.10	Transações de capital com sócios	0	-2.041	0	0	0	-2.041	0	-2.041
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	575.287	-283	575.004	-1.485	573.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	575.287	0	575.287	-1.485	573.802
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-283	-283	0	-283
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-283	-283	0	-283
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	517.710	-516.763	-947	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	517.710	-517.710	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	947	-947	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.518.662	32.225	1.795.128	0	1.722	3.347.737	4.154	3.351.891

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.506.212	13.311	712.817	0	3.900	2.236.240	0	2.236.240
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.506.212	13.311	712.817	0	3.900	2.236.240	0	2.236.240
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.292	11.775	45.471	-57.239	0	9.299	1.842	11.141
5.04.01	Aumentos de Capital	9.489	0	0	0	0	9.489	1.842	11.331
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-197	0	0	0	0	-197	0	-197
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.775	0	0	0	11.775	0	11.775
5.04.06	Dividendos	0	0	53.066	-53.066	0	0	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-7.595	0	0	-7.595	0	-7.595
5.04.09	Dividendo obrigatório	0	0	0	-4.173	0	-4.173	0	-4.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	571.437	0	571.437	-263	571.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	571.437	0	571.437	-263	571.174
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	515.146	-514.198	-948	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	479.519	-479.519	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	948	-948	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Investimento	0	0	26.216	-26.216	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de Reserva Legal	0	0	9.411	-9.411	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.515.504	25.086	1.273.434	0	2.952	2.816.976	1.579	2.818.555

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	400.000	0	307.285	0	4.847	712.132	0	712.132
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	400.000	0	307.285	0	4.847	712.132	0	712.132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.106.212	13.311	-25.721	0	0	1.093.802	0	1.093.802
5.04.01	Aumentos de Capital	1.152.941	0	0	0	0	1.152.941	0	1.152.941
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-46.729	0	0	0	0	-46.729	0	-46.729
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.311	0	0	0	13.311	0	13.311
5.04.06	Dividendos	0	0	-25.721	0	0	-25.721	0	-25.721
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	430.306	0	430.306	0	430.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	430.306	0	430.306	0	430.306
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	431.253	-430.306	-947	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	431.253	-431.253	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	947	-947	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.506.212	13.311	712.817	0	3.900	2.236.240	0	2.236.240

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	9.491.524	6.885.838	5.422.708
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.491.524	6.885.838	5.422.708
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.430.863	-5.995.389	-4.688.777
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.245.517	-5.842.540	-4.656.467
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-367.928	-210.291	-60.522
7.02.04	Outros	182.582	57.442	28.212
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.060.661	890.449	733.931
7.04	Retenções	-57.597	-37.746	-27.464
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57.597	-37.746	-27.464
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.003.064	852.703	706.467
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	382.546	318.952	211.591
7.06.02	Receitas Financeiras	382.546	318.952	211.591
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.385.610	1.171.655	918.058
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.385.610	1.171.655	918.058
7.08.01	Pessoal	248.175	214.498	126.444
7.08.01.01	Remuneração Direta	163.399	139.938	37.320
7.08.01.02	Benefícios	73.910	66.289	83.348
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.866	8.271	5.776
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	70.304	45.571	59.515
7.08.02.01	Federais	-2.021	-536	42.440
7.08.02.02	Estaduais	71.651	45.264	15.419
7.08.02.03	Municipais	674	843	1.656
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	493.329	340.412	301.793
7.08.03.01	Juros	170.276	133.965	45.168
7.08.03.02	Aluguéis	3.625	3.851	5.740
7.08.03.03	Outras	319.428	202.596	250.885
7.08.03.03.01	Outras	96.316	20.953	250.885
7.08.03.03.02	Variação Cambial	160.536	145.453	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.03.03	Hedge Financeiro	62.576	36.190	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	573.802	571.174	430.306
7.08.04.02	Dividendos	0	11.768	13.921
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	573.802	559.406	416.385

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.

Relatório da Administração

Em 31 de dezembro de 2023

Apresentamos aos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano de 2023 confiantes no agronegócio brasileiro e com a entrega de mais um ano de crescimento e resultado para 3tentos. Não faltaram desafios, como (i) a quebra da safra 22/23 no RS; (ii) queda dos preços dos insumos e *commodities*; (iii) ajustes nos preços dos estoques de insumos; e (iv) elevação das despesas logísticas.

Com os avanços dos nossos negócios no centro-oeste, estamos trabalhando nas melhores alternativas logísticas, com a movimentação dos grãos e farelo de soja até os portos, visto que o mercado externo acaba sendo o maior consumidor. Diante disso, em dezembro/23 anunciamos a *Joint Venture* com a Caramuru para atuar em um terminal hidroviário em Miritituba, no Pará. Esta estrutura contribuirá para o escoamento de grãos e farelo de soja pelo Arco Norte.

O Plano do IPO foi antecipadamente entregue em 2023 e em janeiro de 2024 anunciamos o Novo Ciclo de Crescimento 2024-2030, que compreende chegarmos em 2030 com 100 lojas e 4 indústrias. Como novidade neste ciclo, está a replicação do Ecossistema 3tentos no Vale do Araguaia (MT) com uma indústria de processamento de milho em conjunto com novas lojas, atendendo o produtor no varejo de insumos, originando grãos e produzindo etanol de milho e DDG.

Iniciamos 2024 com perspectivas positivas para a Companhia. Observamos um mercado demonstrando menor volatilidade nos preços, aumento da mistura obrigatória do biodiesel (B14), excelentes expectativas para a safra de verão 23/24 no Rio Grande do Sul, indústrias em plena capacidade somado a ganhos de eficiência da nova indústria no MT, ganhos de *market share* e com a operação mais madura no Mato Grosso.

A Companhia sabe o resultado do trabalho do produtor rural que impulsiona esse setor que não para de evoluir tecnologicamente. Estamos constantemente buscando melhorias em nossos processos agregando resultados pautados em segurança, inovação e sustentabilidade.

Luiz Osório Dumoncel

CEO e Fundador

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VISÃO GERAL

A Companhia, o ecossistema agrícola mais completo do Brasil, é uma empresa familiar, com mais de 29 anos de operação, que oferece de forma verticalizada e integrada soluções para o agricultor, com amplas ofertas de produtos no varejo de insumos agrícolas, grãos e indústria. Tal modelo de negócio cria um relacionamento de longo prazo com os agricultores. A Companhia conta atualmente com aproximadamente 20 mil clientes ativos. Além de fornecer insumos e adquirir a produção, a Companhia também oferece treinamentos, consultorias e serviços técnicos aos produtores, agregando valor através de uma venda técnica, levando os produtores a obter melhores produtividades e resultados em suas lavouras.

ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2023, a Receita Operacional Líquida (ROL) consolidada atingiu R\$ 8.999,0 milhões, crescimento de 30,7% em relação a 2022. Todos os segmentos da Companhia apresentaram crescimento, com destaque para Grãos e Indústria.

Varejo de insumos agrícolas ("Insumos"): mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, dentre outras. Em 2023, inauguramos 3 lojas no Rio Grande do Sul nas cidades de Canguçu, Júlio de Castilhos e Marau, e inauguramos 3 lojas no Mato Grosso nas cidades de Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã e Vera. Contamos atualmente com 63 lojas e com o auxílio de mais de 155 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia), agregando valor aos insumos vendidos com o objetivo de aumentar a produtividade dos nossos clientes. Este segmento conta também com duas unidades de beneficiamento de sementes localizadas na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 2.543,5 milhões, e apresentou crescimento de 0,3% em relação a 2022. O desempenho no segmento foi influenciado pela queda nos preços dos insumos ao longo do ano, no entanto, com o forte crescimento do volume, foi possível compensar a queda nos preços e entregar um crescimento de Receita Líquida. Vale destacar que, o fenômeno La Niña esteve presente novamente na safra 22/23 afetando a venda de defensivos com menos aplicações por parte do produtor.

Originação e trading de grãos ("Grãos"): realizamos a compra e venda de grãos de produtores rurais de pequeno e médio porte, possuindo uma capacidade estática de armazenagem de aproximadamente 1,6 milhão de toneladas para soja, milho e trigo. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 1.766,2 milhões e apresentou crescimento de 31,0% em relação a 2022. O desempenho no segmento foi impactado pelo maior volume de *trading* de grãos em todas as culturas (Soja, Milho e Trigo). Apesar da safra 22/23 no Rio Grande do Sul ter sofrido com menor produtividade, foi melhor que a safra anterior que tinha sido uma das piores quebras da sua história. Com a evolução da expansão da Companhia para o Mato Grosso, houve um crescimento relevante na comercialização do milho originado da safrinha, contribuindo para o resultado da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Industrialização de grãos (“Indústria”): por meio de nossas três indústrias localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e Vera, no Estado do Mato Grosso realizamos a industrialização da soja para produção de farelo de soja, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Em 2023, foi inaugurada a primeira indústria no Mato Grosso, sendo a maior indústria já construída pela 3tentos. Nossas indústrias possuem capacidade de esmagamento de soja de 6,6 mil toneladas por dia e de produção de biodiesel de 1,85 mil m³ por dia. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 4.689,2 milhões, e apresentou crescimento de 56,2% em relação a 2022. Este forte desempenho está relacionado ao início de operação da nova indústria no Mato Grosso a partir de julho/23.

CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS PRODUTOS VENDIDOS

O Custo das Mercadorias Vendidas e dos Produtos Vendidos apresentou crescimento de 32,7%, atingindo R\$ 7.753,0 milhões, com margem bruta de 13,8%. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Insumos: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de insumos totalizou R\$ 2.096,6 milhões, correspondente a um aumento de 8,4% comparado a 2022. Tal aumento se deu principalmente pelo incremento no volume vendido.

Grãos: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de grãos totalizou R\$ 1.608,3 milhões, correspondente a um crescimento de 32,4% comparado a 2022. Tal aumento se deu principalmente pelo maior volume de grãos vendido.

Indústria: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de indústria totalizou R\$ 4.063,9 milhões, correspondente a um aumento de 53,6% comparado a 2022. Tal aumento se deu principalmente pela maior produção de farelo de soja, óleo degomado de soja e biodiesel com o início da nova indústria do Mato Grosso.

O ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a *commodities*, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou R\$ 15,9 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto Ajustado totalizou R\$ 1.230,1 milhões, crescimento de 12,8% em relação a 2022. A margem bruta ajustada foi de 13,7%, redução de 2,1 p.p. em relação ao ano anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Insumos: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$ 446,9 milhões, correspondente a uma redução de 25,6% em relação a 2022. A margem bruta do segmento de insumos foi de 17,6%, redução de 6,1 p.p. comparado a 2022. Este resultado está relacionado (i) a queda nos preços dos insumos; e (ii) menos aplicações de defensivos de alto valor agregado por conta da estiagem presente na safra 22/23 no RS, como fungicidas e inseticidas.

Grãos: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$ 157,9 milhões, correspondente a um aumento de 18,3% em relação a 2022. A margem bruta do segmento de grãos foi de 8,9%, redução de 1,0 p.p. comparado a 2022. O crescimento do lucro bruto foi impactado pelo aumento do *trading* de grãos de todas as culturas (soja, milho e trigo). Vale destacar que, mesmo com a queda dos preços das *commodities*, a Companhia entregou crescimento dos seus resultados.

Indústria: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$ 625,3 milhões, correspondente a um aumento de 75,3% em relação a 2022. A margem bruta do segmento da indústria foi de 13,3%, aumento de 1,4 p.p. comparado a 2022. O ano de 2022 se mostrou desafiador para a Indústria, visto que, com a quebra de mais de 50% da safra no RS e exportação da soja aquecida, impactou os custos da Indústria.

Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pelo aumento na despesa relativa ao ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a *commodities*, não alocada a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme descrito na seção anterior, e encerrou o ano de 2023 com um lucro bruto de R\$ 1.246,0 milhões, apresentando crescimento de 19,4% em relação a 2022. A margem bruta foi de 13,8%, redução de 1,4 p.p. em relação a 2022.

DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 804,3 milhões, com aumento de 59,3% em relação a 2022, influenciadas principalmente pela maior necessidade de logística com a expansão para o Mato Grosso, com o escoamento dos grãos e farelo de soja produzido na indústria até os portos. Quando analisadas como percentual da receita operacional líquida, representaram 8,9% (7,3% em 2022), aumento de 1,6 p.p. comparado a 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 483,4 milhões, uma redução de 22,4% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA Ajustada foi de 5,4% em 2023, redução de 3,6 p.p. comparado a 2022. Tal resultado, está relacionado ao desempenho dos nossos três segmentos comentado nas seções anteriores, adicionalmente, ao aumento das despesas de vendas relacionadas a logística, por conta da expansão das nossas operações no RS e MT.

O EBITDA totalizou R\$ 499,3 milhões, uma redução de 13,2% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 5,5% em 2023, redução de 2,9 p.p. comparado a 2022.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado a partir do nosso lucro líquido:

	Exercício social encerrado em		
<i>(R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	573.802	571.174	430.306
(+) Resultado financeiro líquido	12.970	(2.670)	(26.243)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(145.082)	(30.853)	(50.469)
(+) Depreciação e amortização	57.597	37.746	27.464
EBITDA	499.287	575.397	381.058
Margem EBITDA	5,5%	8,4%	7,1%
(+) Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities	15.872	(47.700)	(113.871)
EBITDA Ajustado	483.415	623.097	494.929
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	9,0%	9,3%
Receita líquida	8.998.985	6.885.839	5.339.317

RESULTADO FINANCIERO LÍQUIDO

O nosso resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 13,0 milhões (positivo em R\$ 2,7 milhões em 2022). Este resultado é explicado pelo aumento do endividamento da Companhia em vista da expansão de suas operações e recursos necessário para capital de giro.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro líquido ajustado totalizou R\$ 563,3 milhões, uma redução de 6,5% em relação ao ano anterior. A margem líquida ajustada foi de 6,3% (8,8% em 2022). Tal resultado é decorrente do desempenho dos nossos três segmentos comentados nas seções anteriores.

O lucro líquido totalizou R\$ 573,8 milhões, representando um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior quando atingiu R\$ 571,2 milhões. A margem líquida atingiu 6,4% (8,3% em 2022).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2023 com dívida líquida de R\$ 46,6 milhões (dívida líquida de R\$ 216,9 milhões em 2022). Esta variação está relacionada principalmente aos investimentos de CAPEX seguindo o plano de expansão para abertura de novas lojas no RS e MT e da nova fábrica em Vera/MT.

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida (caixa líquido) nas datas abaixo indicadas:

<i>(R\$ milhares)</i>	Exercício social encerrado em		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante)	562.129	599.144	488.866
(+) Empréstimos e financiamentos (não circulante)	710.383	496.926	310.834
(=) Dívida Bruta	1.272.512	1.096.070	799.700
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.225.934)	(879.155)	(1.090.592)
(=) Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(46.578)	(216.915)	(290.892)

DIVIDENDOS

A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária, a destinação de R\$ 58.523.568,55 para pagamento de dividendos, como remuneração aos acionistas sobre os resultados relativos ao exercício social de 2023.

O pagamento de dividendos, correspondente a R\$ 0,117655996 por ação, ocorrerá em 5 de março de 2024.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

- (i) Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referente ao exercício social findo em 31 dezembro de 2023 e revisão das informações financeiras intermediárias da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR, elaboradas de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023; e
- (ii) Serviços de não auditoria relacionados a consultoria tributária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços e não terem participado de função de gerência da Companhia.

Com relação a outros serviços prestados pelos auditores independentes, a Companhia tem por procedimento a obtenção de aprovação prévia pelo Comitê de auditoria da Companhia, de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Serviços de Auditoria e Consultoria (valores em R\$)		2023
Auditória das Demonstrações Financeiras		641.741,89
Prestação de Serviços (Consultoria tributária)		155.363,59
Total		797.105,48

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia" ou "Controladora", e de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou "Grupo"), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, sendo seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob CNPJ nº 43.202.481.056.

A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504. Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel, bem como a prestação de serviços referente à análise e correção de solo.

Registro de oferta pública de ações

Em 12 de julho de 2021, a Companhia concluiu seu processo de IPO com o início da negociação das ações na B3 – Novo Mercado, com a liquidação financeira da transação tendo ocorrido em 13 de julho de 2021.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações nos termos da Instrução CVM nº 400. A oferta foi realizada com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo.

A aprovação do preço por ação e do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2022, sendo a liquidação da oferta realizada em 03 de fevereiro de 2022. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Pública, o novo capital social passa a ser de R\$ 1.557.741 (sem efeito de custos de transação), dividido em 494.617.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Exercício de opções de compra de ações ordinárias

Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 1,93.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Exercício de opções de compra de ações ordinárias--Continuação

Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 2.

Em 20 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 3.158 por meio da emissão de 1.280.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro e do Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 2,04 e R\$ 6,87, respectivamente.

Programa de Recompra

Em 12 de abril de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia (“Programa de Recompra”). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Poderão ser adquiridas até 2.000.000 (dois milhões de ações), cujo prazo máximo para aquisição das ações será de até 18 meses, iniciando-se em 13 de abril de 2023 e encerrando-se em 13 de outubro de 2024. Em 11 de maio de 2023, foi adquirido o primeiro lote composto por R\$ 85.000 ações pelo valor de R\$ 949. Em 09 de novembro de 2023 foi adquirido o segundo lote composto por R\$ 50.000 ações pelo valor de R\$ 525.

1.1. Relação de entidades controladas

Durante o exercício de 2022, foram constituídas empresas controladas e no segundo semestre de 2023, foram adquiridas duas empresas pela Companhia, as quais estão descritas na nota explicativa 1.2. Essas empresas foram criadas e adquiridas com a finalidade de complementar e suportar as atividades principais da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Relação de entidades controladas--Continuação

Empresa	País	Participação acionária		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	Direta	Indireta
Tentos Participações Ltda.	Brasil	100%	-	100%	-
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	-	100%	-	100%
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	-	18%	-	18%
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	-	80%	-	80%
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	100%	-	100%	-
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	-	100%	-	-
Tulmex S.A	Uruguai	100%	-	-	-

Principais características das controladas:

- **Tentos Participações Ltda.:** Localizada em Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, é caracterizada como uma holding, tem como principal objeto social a participação em instituições não-financeiras. Possui como controladas diretas as empresas Tentos Promotora de Vendas Ltda., Mates Locações Aéreas Ltda. e Tentos Corretora de Seguros Ltda.
- **Tentos Promotora de Vendas Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem como principal objeto social a promoção de vendas.
- **Mates Locações Aéreas Ltda.:** Localizada em Santa Bárbara do Sul, no Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, prestando serviços de viagens áreas à Companhia e partes relacionadas.
- **Tentos Corretora de Seguros Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a corretagem de seguros, planos de previdência complementar e saúde.
- **Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a participação em instituições financeiras. Atualmente, é a controladora direta da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento adquirida em 2023, conforme nota explicativa 1.2.
- **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.:** Também conhecida como “TentosCap”, está localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Considerada uma instituição financeira e regulada pelo Banco Central do Brasil, tem como principal objeto social transações de operação de crédito, primariamente aos produtores rurais que são clientes e fornecedores do Grupo, com serviços como cartão de crédito, financiamentos, dentre outros.
- **Tulmex S.A.:** Localizada em Montevideo, no Uruguai, é caracterizada como uma trading, atuando primariamente em operações de trading de *commodities* agrícolas. A controlada foi constituída em 2023, no segundo semestre, e passou a concentrar as operações de exportação de *commodities* do Grupo.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Relação de entidades controladas--Continuação

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

A Companhia detém o controle da Mates Locações Aéreas Ltda., mesmo participando em apenas 18% do seu capital. Isso ocorre visto que a Companhia possui preponderância nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da investida. A Companhia possui poder para dirigir as atividades da investida e usa esse poder em seu benefício. Atualmente a maior parte da operação dessa empresa ocorre para atender a Controladora.

A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, por ser caracterizada como uma instituição financeira, segue as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A Companhia avaliou possíveis ajustes em relação as práticas adotadas pela Controladora, e não foram identificados efeitos materiais que pudessem impactar os saldos apresentados no consolidado.

1.2. Aquisição e constituição de controladas

No segundo semestre de 2023, a Companhia adquiriu indiretamente por meio de sua controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. a integralidade das ações da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“TentosCap”), bem como constituiu diretamente a Tulmex S.A., localizada no Uruguai. A seguir são descritos os detalhes e tratamentos contábeis aplicáveis a cada transação:

(i) Aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“TentosCap”)

Em 11 de julho de 2023, foi efetivada e concluída, a aquisição pela Companhia da totalidade das ações de emissão da Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento (“TentosCap”), por meio de sua subsidiária Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., tendo em vista a aprovação expressa do Banco Central do Brasil, realizada em 26 de junho de 2023, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.122/12.

A efetivação da aquisição foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, cuja respectiva ata foi arquivada na sede da Companhia, em observância ao disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas.

O Preço de Aquisição foi firmado em R\$ 15.000, o qual correspondia ao valor do capital social da TentosCap em 30 de junho de 2022, data da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aquisição e constituição de controladas--Continuação

(i) Aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“TentosCap”)--Continuação

O valor total foi calculado com base nos valores históricos aportados pelos vendedores na TentosCap, corrigidos pela variação da inflação medida pelo IPCA. O montante corrigido totalizou R\$18.687 e foi totalmente pago em 11 de julho de 2023.

A referida aquisição trata-se de transação com partes relacionadas, sendo caracterizada como uma combinação de negócios entre entidades sob controle comum, considerando o método de custo (valores contábeis). Tendo em vista que o valor pago foi superior ao valor do acervo líquido contábil, tal efeito foi registrado em contrapartida ao patrimônio líquido da Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., em conta de transações de capital, no montante de R\$2.041.

Abaixo, apresentamos o acervo líquido adquirido, em 30 de junho de 2023:

Ativo	30/06/2023	Passivo	30/06/2023
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.663	Fornecedores	1.156
Aplicações financeiras	16.954	Empréstimos e financiamentos	75.272
Contas a receber clientes (operações de crédito)	70.392	Obrigações fiscais	656
Adiantamentos	1	Obrigações trabalhistas	327
Outros ativos	526	Total passivo circulante	77.411
Total ativo circulante	93.536		
Não circulante		Patrimônio líquido	
Imobilizado	160	Capital social	15.000
Intangível	361	Reserva de lucros	1.176
Total ativo não circulante	521	Lucros acumulados	470
Total do ativo	94.057	Total do patrimônio líquido	16.646
		Total do passivo e do patrimônio líquido	94.057

Com a aquisição da TentosCap, a Companhia passou a ter um segmento de serviços financeiros, o qual representa as operações da instituição financeira.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aquisição e constituição de controladas -- --Continuação

(ii) Constituição de subsidiária no Uruguai – Tulumex S.A.

Em 17 de julho de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a constituição de uma subsidiária da Companhia para atividades de importação e exportação de *commodities* com sede no Uruguai. Desta forma, com a constituição da controlada Tulumex S.A., as operações de importação e exportação de *commodities* do Grupo passaram a ser centralizadas na respectiva controlada.

1.3. Acordo de investimento em empresa controlada em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são denominadas de empreendedores em conjunto. Os investimentos em empresas controladas em conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia, por meio de sua controlada Tentos Participações Ltda, celebrou acordo visando a constituição de uma *Joint Venture* com a Caramuru Alimentos S/A, com participação igualitária, que tem por objetivo desenvolver a estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte do país. Uma vez constituída, a sede da *Joint Venture* será na cidade de Itaituba no estado do Pará, distrito de Miritituba, em área com estruturas para armazenagem de grãos e farelos, além de transbordo para carregamento de barcaças fluviais. Inicialmente, estão sendo planejados os investimentos que serão divididos igualmente entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2023, a operação entre as empresas ainda dependia do cumprimento de condições precedentes e aprovação pelas autoridades concorrenciais (CADE). Esta operação, uma vez consumada, possui início previsto em 2026.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*"Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"*), emitidas pelo *"Internacional Accounting Standards Board - IASB"*.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*"IFRS"*).

Em 20 de fevereiro de 2024, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (nota explicativa 14);
- Contas a receber de clientes provenientes de cédulas de crédito de produtor rural (CPR) (nota explicativa 05);
- Contas a pagar a fornecedores atreladas a variação do preço de *commodities*, denominados fornecedores a fixar (nota explicativa 12); e
- Estoques de *commodities* agrícolas (nota explicativa 07).

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.2. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as atividades relevantes da entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial--Continuação

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional no Uruguai é o dólar americano, sendo a única controlada que não utiliza a moeda local.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresa	País	Moeda funcional
Tentos Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Real
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Real
Tulmex S.A	Uruguai	Dólar americano

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e cuja finalidade é para atender compromissos de curto prazo na gestão de caixa da Companhia. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços referente a coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade, no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (ou "*impairment*"). As provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Contas a receber de clientes--Continuação

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia.

2.7. Estoques

As *commodities* agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas *commodities* se destinarem substancialmente a operações de “*trading*”. A prática contábil da Companhia relacionada a mensuração do valor justo está descrita na nota explicativa 2.14.

Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados *commodities*. Esses itens são valorizados ao custo de produção, com base nas ordens de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação.

Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda.

As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos destes estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos

A administração da Companhia reconhece o ativo direito de uso e o passivo de arrendamento na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

A determinação da taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente.

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de aplicar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Seguindo o disposto no CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, não foram mensurados os ativos direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos que apresentaram incertezas na determinação do valor, itens de baixo valor e que são classificados como curto prazo.

Os contratos reconhecidos na data base têm por objeto o arrendamento de instalações e armazéns para que a Companhia distribua geográfica e estrategicamente suas unidades e armazéns de grãos.

A Companhia possui contratos de arrendamento com terceiros, e os espaços físicos arrendados estão todos situados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Os contratos têm duração média de 5 (cinco) anos e as renovações dependem da vontade das partes. No momento da contratação do arrendamento, a Companhia busca avaliar a expectativa de renovação dos contratos ao final da sua vigência. Para tal análise, a Companhia compara o novo contrato com contratos similares existentes ou avalia processos semelhantes de arrendamento ocorridos no passado. A Companhia tem por prática trabalhar com filiais próprias. Os casos arrendados geralmente são pontuais, nos quais a duração do contrato tende a ser o prazo estimado para concluir a construção de uma unidade própria. Dessa forma, a Companhia busca expressar em seus contratos o prazo com a expectativa real de permanecer com o espaço arrendado.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição e/ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada, bem como perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1) - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade Ppara Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. A contrapartida do custo atribuído, assim como dos impostos deferidos sobre ele, foi registrada na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quanto é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

	Vida útil em anos	Taxa de Depreciação média ponderada
Edificações e prédios	60	1,67%
Instalações	10	10%
Veículos	8	12,08%
Máquinas e equipamentos	15	6,67%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de computação	5	20%
Aeronaves	5	20%
Outros	8	12,19%

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referentes à compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referentes à compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das *commodities* é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões da Companhia são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Provisões--Continuação

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia, tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.13. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os demais ativos financeiros ou passivos financeiros são primeiramente reconhecidos ao valor justo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue:

- Ativos financeiros mensurados a custo amortizado (“CA”);
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Classificação--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros—Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos de principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - a. substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - b. a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determinem se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo financeiro, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro que está vencido com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de probabilidade de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores de direito da Companhia.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de *commodity* a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de *commodities*.

Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos, contas a receber de cédulas de crédito de produtor rural – CPR e fornecedores de *commodities* a fixar) e estoques de *commodities* ao valor justo em cada data de reporte.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita--Continuação

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Biocombustível	Até 31 de dezembro de 2021, todas as vendas de biodiesel eram efetuadas para a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. por meio de leilões bimestrais. A partir de 2022, com o fim dos leilões, as vendas são efetuadas diretamente para as distribuidoras, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 a 60 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques.
Farelo de soja e outros produtos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtém controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda e pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é também estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Revenda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos)	No que tange às operações de vendas de insumos agrícolas, existem duas modalidades usuais, sendo elas (i) venda normal, com recebimento financeiro; e (ii) venda na modalidade "barter", no qual a contraprestação a ser recebida será por meio de <i>commodities</i> agrícolas com entrega física (sacas de soja, por exemplo). O preço da transação de venda de insumos é firmado de acordo com o percentual de margem conforme o segmento do produto e considerando as transações ocorridas no mercado. As vendas na modalidade "barter" são convertidas pelo valor justo da <i>commodity</i> na data da transação. No caso de vendas com recebimento financeiro, as faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 a 90 dias ou no prazo safra, dependendo da negociação. Já no caso de vendas na modalidade de "barter", usualmente o prazo para pagamento é atrelado ao ano safra, sendo que o vencimento é usualmente no período de colheita do grão que será entregue como forma de pagamento. Nesses casos, o instrumento que formaliza a operação é uma CPR (Cédula de Crédito de Produtor Rural). O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto se acordado de outra forma. Nos casos de revendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo esse momento usualmente o momento de entrega do produto ao cliente tanto nos casos de vendas normais como nos casos de operações de "barter". Nos casos de operações de "barter", que consistem essencialmente em vender ao produtor insumos agrícolas que ele irá utilizar no plantio de sua lavoura e receber o pagamento da referida venda de tais insumos por meio dos grãos que serão colhidos, o insumo agrícola vendido é usualmente entregue ao produtor em sua propriedade ou, em algumas negociações, os produtores retiram nas dependências da Companhia.
Revenda de grãos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à operação de <i>trading</i> (revenda de soja, milho, trigo e outros), o cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) dias, podendo variar de acordo com a negociação.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
Serviço de agricultura digital	A Companhia presta serviço de coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade e posicionamento tecnicamente as recomendações de fertilizantes. As faturas são emitidas no momento da prestação do serviço. Elas devem ser pagas, normalmente, em até 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A obrigação de performance é cumprida em momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a prestação do serviço ao cliente. O serviço é geralmente prestado de maneira pontual, sendo a emissão da Nota Fiscal e reconhecimento da Receita concomitantes à conclusão dele.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.17. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.17. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Algumas das entidades controladas pela Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo assim o imposto de renda e a contribuição social foram apurados aplicando-se sobre a receita bruta auferida os percentuais fixados na legislação aplicável, de acordo com a atividade das controladas, sendo este resultado acrescido de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e sobre prejuízo fiscal, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e prejuízo fiscal possa ser utilizado.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.17. Tributos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas

Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
INSS	11%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.18. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.19. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Conforme política contábil definida pela Companhia, os juros pagos relacionados aos empréstimos e financiamentos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, sendo tal apresentação efetuada de forma consistente e comparativa aos exercícios anteriores.

2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desse montante, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

2.21. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício está apresentado líquido das despesas as quais são relacionadas. No caso dos créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como das isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, o efeito está apresentado como redução dos impostos sobre venda e, portanto, dentro da rubrica de receita operacional líquida. Já no que tange aos incentivos de diferimento de ICMS, os quais são relacionadas as compras de determinados produtos, o efeito do incentivo fiscal está apresentado como uma redutora do custo dos produtos vendidos.

As premissas e métodos de cálculos das subvenções governamentais estão descritas na nota explicativa 25.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.22. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.23. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.24. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia. Desta forma, os segmentos reportáveis da Companhia são três, sendo eles: (i) Segmento de Insumos; (ii) Segmento de Grãos e; (iii) Segmento de Indústria. Na nota explicativa 27, estão detalhados os tipos de receitas que compõe para um dos segmentos da Companhia.

2.25. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.26. Normas e interpretações efetivas e não efetivas

(i) Normas e interpretações não aplicadas

A Companhia não adotou a seguinte alteração na preparação destas demonstrações financeiras. As alterações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguro, e alterações ao CPC 50 Contratos de Seguro.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(ii) Normas e interpretações efetivas

Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC/IASB, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2023 pela Companhia, não havendo efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e são aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrer em, ou após, o início desse período.

A Companhia avaliou possíveis impactos da adoção dessas normas e concluiu que as alterações não impactaram nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.26. Normas e interpretações efetivas e não efetivas--Continuação

(ii) *Normas e interpretações efetivas--Continuação*

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconheceu um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo.

(iii) *Normas e interpretações não efetivas*

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Conforme descrito na nota explicativa 13, a Companhia possui empréstimo bancário que está sujeito a *covenants* específicos. Embora o passivo esteja classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. Com base na avaliação efetuada pela Companhia, não espera-se alteração na apresentação dos passivos circulantes e não circulantes nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.26. Normas e interpretações efetivas e não efetivas--Continuação

(iii) *Normas e interpretações não efetivas--Continuação*

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Provisão para perdas com contas a receber de clientes (nota explicativa 5)*

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia tem como política analisar e provisionar os títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como provisionar perda para todos os títulos em aberto desse devedor. São utilizados aspectos julgamentais para manter ou não o provisionamento de casos em que ocorre a renegociação de dívida ou formalização do compromisso por parte do cliente. Dentre os julgamentos efetuados, são considerados os motivos que levaram o cliente ao não pagamento (razões climáticas que levaram à quebra de safra, por exemplo), o relacionamento histórico com o cliente, a intenção de pagar e evidências disponíveis de que o recebimento irá ocorrer.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

- *Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos (Notas explicativas 7, 12 e 14, respectivamente):*

A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado.

As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado.

A Administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural (CPR) e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*.

- *Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento (nota explicativa 10).*

Para mensuração do ativo de direito de uso, a Companhia calcula o valor inicial do passivo de arrendamento trazido a valor presente pelas taxas de desconto que variam conforme os vencimentos dos contratos. As taxas de desconto são calculadas considerando a “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente. Nesse sentido, ocorrem julgamentos relevantes envolvendo a data das curvas de juros utilizadas para o cálculo e a determinação do risco de crédito da Companhia.

- *Pagamentos baseados em ações (nota explicativa 26)*

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da outorga, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

O reconhecimento do custo com o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 26.

- *Tributos sobre o lucro (nota explicativa 20)*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Conforme divulgado na Nota 25, a Companhia usufrui de subvenções governamentais correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS, decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017. No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando da responsabilidade na saída do farelo exportado de pagamento do ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS. No caso do fertilizante, através do decreto 56227 de 07/12/2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, onde passou de isenção para diferimento o ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS. O benefício relativo à redução no pagamento do ICMS é calculado sobre o valor apurado das saídas em cada exercício de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal, sendo esses valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da Companhia.

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente a evolução das discussões sobre esse tema e, considerando que as autoridades fiscais têm se pronunciado através de soluções de consulta, a Companhia obtém, periodicamente, atualização formal de seus consultores tributários sobre o tema e mantém o seu entendimento quanto a adequação da metodologia de cálculo do referido benefício.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus consultores tributários, a Companhia entende que as chances de êxito são prováveis, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (ICPC 22/IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota 20, a Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Existem premissas relevantes na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tendo em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção.

As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento da Companhia para os próximos anos. Por fim, comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere a interferência da sazonalidade no resultado da Companhia.

- *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros (nota explicativa 14)*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

Notas Explicativas

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	178.108	94.072	446.953	94.471
Câmbio a realizar (*)	-	48.047	-	48.047
Aplicações de liquidez imediata	581.530	581.796	581.530	581.796
Renda fixa (**)	522.948	373.163	522.948	373.163
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	58.582	208.633	58.582	208.633
Total	759.638	723.915	1.028.483	724.314

(*) Os câmbios a realizar referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.

(**) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média de 94,07% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (104,84% em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Aplicações financeiras

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras			
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	138.950	138.950	154.841
Demais Aplicações	40.532	58.501	-
Total	179.482	197.451	154.841

Notas Explicativas

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

4.3 Fundo de investimento exclusivo

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	58.582	208.633
CDB	53.514	141.984
Compromissada IPCA	5.068	66.649
Aplicações financeiras	138.950	154.841
CDB	-	-
Letras do Tesouro Nacional	12	-
Letras Financeiras	138.938	154.841
Total	197.532	363.474

O fundo de investimento exclusivo Hat Trick RF CP é um fundo de renda fixa de créditos privados e públicos sob gestão, administração e custódia do Banco BTG Pactual. Não há prazo de carência para resgate de quotas, ou seja, podem ser resgatadas em D+0.

Desde 03 de agosto de 2021, o fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, cada um dos ativos do fundo foi registrado de acordo com suas características, observando sua liquidez e prazo de vencimento, o que se traduz em disponibilidade para resgate. Na época, a criação do fundo teve como objetivo segregar os recursos captados pelo IPO e manter o poder de compra para realização dos investimentos previstos no plano de investimentos da Companhia. Atualmente a Companhia utiliza o Fundo para aplicação dos recursos oriundos da sua atividade operacional.

O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas.

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos investimentos do fundo é de 105,60% do CDI mensal (99,19% em 31 de dezembro de 2022). Os ativos estão compostos em 100% por Letras Financeiras.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

Notas Explicativas

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber no mercado interno	552.074	620.460	553.070	620.461
Contas a receber no mercado externo	1.764	112.876	69.136	112.876
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 8)	425.553	179.378	425.553	179.378
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	428.747	133.586	102.544	133.870
Operações de crédito	-	-	112.698	-
	1.408.138	1.046.300	1.263.001	1.046.585
(-) Provisão para perdas esperadas	(12.431)	(7.126)	(17.110)	(7.126)
Total de contas a receber	1.395.707	1.039.174	1.245.891	1.039.459
 Circulante	 1.388.495	 1.037.646	 1.238.679	 1.037.931
Não circulante	7.212	1.528	7.212	1.528

As “Contas a receber – cédula de produtor rural” são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em *commodities* agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

A Vencer	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A Vencer	1.321.909	965.680	1.172.093	965.965
Vencidos	73.798	73.494	73.798	73.494
De 1 a 30 dias	63.610	64.965	63.610	64.965
De 31 a 60 dias	7.911	6.108	7.911	6.108
De 61 a 90 dias	2.277	2.421	2.277	2.421
	1.395.707	1.039.174	1.245.891	1.039.459

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes.

Notas Explicativas

5. Contas a receber de clientes--Continuação

A provisão para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora 31/12/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Saldo no início do exercício	(7.126)	(6.506)	(7.126)
Adições	(6.097)	(1.397)	(9.423)
Adições: aquisição de controlada	-	-	(1.353)
Reversão	792	777	792
Saldo no final do exercício	(12.431)	(7.126)	(17.110)

As operações de crédito apresentadas no saldo consolidado pertencem a controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e estão demonstradas contabilmente segregadas pelo ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme segue:

	Consolidado 31/12/2023
Capital de Giro Pré	112.250
Crédito Pessoal	170
Consignado Privado	278
Total da carteira de crédito	112.698
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.679)
Operações de crédito	108.019

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	158.272	128.352	158.334	128.352
CSLL	47.841	43.903	47.841	43.903
PIS	64.770	49.495	64.770	49.495
COFINS	91.039	58.416	91.039	58.416
Retenções	138	220	138	220
IRF aplicações financeiras	14.675	20.106	14.675	20.106
ICMS	24.006	7.612	24.006	7.612
FETHAB	45	-	45	-
Total	400.786	308.104	400.848	308.104
Circulante	206.992	134.967	207.054	134.967
Não circulante	193.794	173.137	193.794	173.137

Notas Explicativas

6. Impostos a recuperar--Continuação

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa.

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 25. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

A partir de 01 de maio de 2023, as operações de venda de Biodiesel passaram a ser regidas pelo Convênio 199/2022, o qual estabelece que o ICMS é tributado na modalidade monofásica e uniforme em todos os estados. A Companhia passou a adotar o convênio no referido exercício, onde o ICMS é tributado à R\$ 0,9456 o litro e deferido parcialmente em 33,33%. Com isso, até a data de 30 de abril de 2023 os produtores de Biodiesel apuraram os débitos de ICMS, conforme mencionado no Convênio 206/2021, que trata das operações realizadas pela modalidade do tratamento diferenciado, onde a tributação do ICMS é deferida ou suspensa. Neste caso, após a apuração é realizado um pedido de autorização junto à Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ), para emissão de nota fiscal de ressarcimento contra a Refinaria que era substituta tributária das operações subsequentes. No exercício de 01 de janeiro de 2023 a 30 de abril de 2023, a Companhia apurou débito de ICMS extra apuração no total de R\$ 44.485, e em 31 de dezembro de 2023 não restam mais valores a serem ressarcidos pela refinaria.

7. Estoques

Os estoques de *commodities* estão apresentados ajustados a valor justo em contrapartida do resultado.

Os estoques de insumos, sementes, produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço.

O grupo de estoques está assim composto:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Registrados a custo de aquisição/produção		
Adubos e fertilizantes	29.860	23.122
Defensivos	536.502	831.963
Biodiesel	101.930	65.397
Adiantamentos a fornecedores (*)	148.356	113.543
Outros	67.790	37.244
	884.438	1.071.269
Commodities a valor justo		
Grãos	447.494	896.566
Óleo e farelo	184.082	62.196
	631.576	958.762
Total	1.516.014	2.030.031

(*) Os adiantamentos foram concedidos em negociações com fornecedores de proteção de cultivo e fertilizantes. Esses adiantamentos foram efetuados em função de negociações de preço, volume de produtos e prazo para entrega.

Notas Explicativas

7. Estoques--Continuação

As cotações médias utilizadas na valorização dos estoques de *commodities* na data das demonstrações financeiras foram obtidas através de fontes públicas independentes, conforme segue:

Hierarquia do valor Justo	Controladora e Consolidado 31/12/2023			Controladora e Consolidado 31/12/2022		
	Valor sacas	Quantidade	Valor sacas	Quantidade	Saldo	
Soja*	Nível 2	140	1.022	142.969	188	2.174
Milho*	Nível 2	45	903	40.673	101	74
Trigo*	Nível 2	70	2.792	195.418	100	3.765
Semente soja**	Nível 3	451	48	21.634	594	17
Semente trigo **	Nível 3	126	186	23.346	190	358
Outras sementes**	Nível 3	830	28	23.454	119	133
Farelo***	Nível 2	2.443	58	142.886	2.612	11
Óleo***	Nível 2	4.120	10	41.196	6.428	5
				631.576		958.762

(*) Em milhares de sacas de 60kg.

(**) Em milhares de sacas de 40kg.

(***) Em milhares de toneladas.

A análise de sensibilidade dos estoques de *commodities* está demonstrada na nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia.

Notas Explicativas

8. Valor justo

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros ativos		
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 5)	592.465	263.813
Instrumentos financeiros derivativos	425.553	179.378
Contratos a termo de <i>commodities</i>	166.912	84.435
Operações de <i>hedge</i> – Ativo	115.173	83.048
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	6.105	-
Operações de NDF – Ativo	-	1.387
Ativo ambiental	45.634	-
	-	1.030
Estoques commodities (Nota 7)	631.576	958.762
Total ativo	1.224.041	1.223.605
 Instrumentos financeiros passivos		
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 12)	830.112	868.537
Instrumentos financeiros derivativos	77.445	39.739
Contratos a termo de <i>commodities</i>	61.754	29.416
Operações de <i>hedge</i>	-	6.204
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	236	4.103
Operações de NDF	15.455	16
Total passivo	907.557	908.276

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros e não financeiros no balanço patrimonial, assim como os *inputs* não observáveis significativos utilizados.

A análise de sensibilidade dos ativos e passivos mensurados a valor justo está demonstrada na nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia.

Notas Explicativas

8. Valor justo--Continuação

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Swaps de taxa de juros	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. A estimativa do valor justo está sujeita a atualização após análise comparando o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de crédito default swaps ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável
Cédulas de Crédito do Produtor Rural (CPR)	O valor justo das cédulas de crédito do produtor rural é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2023, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Não aplicável.	Não aplicável.
Fornecedores de <i>commodities</i> a fixar	O valor justo dos fornecedores de <i>commodities</i> a fixar é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2023.	Não aplicável.	Não aplicável.
Contratos a termo de <i>commodities</i>	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a termo de <i>commodities</i> é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2023, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Não aplicável.	Não aplicável.
Operações de hedge de <i>commodities</i>	O valor justo das operações de hedge de <i>commodities</i> é determinado de acordo com a variação do mercado, podendo obter ajustes positivos ou negativos. Em uma análise de movimentação de valor de cada <i>commodity</i> em determinado exercício é realizada uma avaliação do preço atual em confronto o saldo contábil registrado na data base do contrato. A função do hedge em derivativos serve para proteger a Companhia de variações de mercado, evitando que a imprevisibilidade prejudique as transações e afete todo o resultado dessas <i>commodities</i> .	Não aplicável.	Não aplicável.
Estoques de <i>commodities</i>	O valor justo dos estoques é determinado com base na diferença entre o preço a termo da <i>commodity</i> e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2023, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela PTAX na mesma data.	Cotações sementes de soja, trigo e milho.	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo.
Ativo ambiental	O ativo ambiental (CBIOS) é determinado pelo preço médio de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2023, sendo o valor resultante descontado do valor em estoque.	Não aplicável.	Não aplicável.
Operações de NDF	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de NDF é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo e a taxa futura, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas Explicativas

9. Investimentos

O total de investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2023 é composto pelo seguinte:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Investimento em controladas	46.627	879
Total dos investimentos do exercício	46.627	879

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com saldo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação acionária %	Participação no patrimônio líquido	Participação no Capital Social	Transação de Capital Com Sócios	Ajuste acumulado de conversão	Equivalência Patrimonial
Tentos Participações Ltda	7.432	7.707	100%	7.707	7.432	-	-	1.684
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda	36.197	33.383	100%	33.383	36.197	(2.041)	-	(773)
Tulmex S.A.	1	9.691	100%	9.691	1	-	(283)	9.973
Total	43.630	50.781		50.781	43.630	(2.041)	(283)	10.884

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2022	Integralização de capital	Ajuste acumulado de conversão	Equivalência patrimonial	Transações de capital com sócios	Saldos em 31/12/2023
Tentos Participações Ltda	879	990	-	1.684	-	3.553
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda	-	36.197	-	(773)	(2.041)	33.383
Tulmex S.A.	-	1	(283)	9.973	-	9.691
Total	879	37.188	(283)	10.884	(2.041)	46.627

Notas Explicativas

9. Investimentos--Continuação

Os principais saldos de investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas/Custos
Tentos Participações Ltda (*)	4.380	25.052	7.201	14.525	7.707	3.265	(3.065)
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda (**)	127.629	3.263	97.510	-	33.383	12.309	(13.083)
Tulmex S.A.	333.522	4	323.835	-	9.691	1.020.805	(1.010.832)
Total	465.531	28.319	428.546	14.525	50.781	1.036.380	(1.026.979)

(*) Saldo consolidando as controladas indiretas Tentos Corretora de Seguros Ltda., Tentos Promotora de Vendas Ltda. e Mates Locações Aéreas Ltda.

(**) Saldo consolidando a controlada indireta Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento.

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, os arrendamentos referem-se ao direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende ao valor inicial do passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas que variam de 6,10% a 16,25% a.a., calculadas considerando a “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 5 anos.

A Companhia mantém ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de lojas comerciais e escritórios, distribuídos entre os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Dentre esses, durante o exercício de 2022, reconheceu direito de uso de dois imóveis locados na controladora o que representou um incremento de R\$ 3.573 e mais um bem no consolidado, totalizando R\$ 12.504. No exercício de 2023, a Companhia teve adição de novos contratos de arrendamento, na controladora com incremento de R\$ 1.233 e no consolidado com R\$ 411.

Notas Explicativas

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	13.580	13.580
Adições de novos contratos	3.573	12.504
Remensurações de contratos	1.987	1.987
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(4.668)	(4.734)
Saldo em 31/12/2022	14.472	23.337
Adições de novos contratos	1.233	1.645
Remensurações de contratos	383	(547)
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(5.414)	(6.329)
Saldo em 31/12/2023	10.674	18.106

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	13.873	13.873
Adições de novos contratos	3.573	12.504
Remensurações de contratos	1.987	1.987
Realização dos juros sobre passivo de arrendamento	1.471	1.496
(-) Pagamentos	(5.952)	(6.043)
Saldo em 31/12/2022	14.952	23.817
Adições de novos contratos	1.233	1.645
Remensurações de contratos	383	(547)
Realizações dos juros sobre passivo de arrendamento	1.401	1.675
(-) Pagamentos	(6.343)	(7.597)
Saldo em 31/12/2023	11.626	18.993
Passivo circulante	3.845	5.802
Passivo não circulante	7.781	13.191

Notas Explicativas

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a análise dos saldos do passivo de arrendamentos por vencimento é a seguinte:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Até 1 ano	3.845	5.802
De 1 a 2 anos	2.690	4.493
De 2 a 3 anos	1.093	2.896
De 3 a 4 anos	721	2.524
De 4 a 5 anos	280	280
Acima de 5 anos	2.997	2.998
	11.626	18.993

11. Imobilizado

11.1. Controladora

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
<u>Custo</u>										
Saldo em 31/12/2021	29.785	244.871	29.739	67.549	142.417	4.043	5.992	3.128	376.277	903.801
Adições	552	1.285	326	47.512	9.893	1.748	4.075	550	670.104	736.045
Baixas	-	(510)	-	(699)	(111)	(0)	(11)	-	-	(1.331)
Transferências (-)	18.613	30.089	2.252	-	43.910	60	152	675	(95.751)	-
Saldo em 31/12/2022	48.950	275.735	32.317	114.362	196.109	5.851	10.208	4.353	950.630	1.638.515
Adições	1.369	691	1.136	18.137	11.324	3.753	3.826	1.510	456.742	498.488
Baixas	-	-	-	(659)	(1.221)	(20)	(65)	(13)	-	(1.978)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335	395.916	844	10	104	(763.324)	-
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175	602.128	10.428	13.979	5.954	644.048	2.135.025
<u>Depreciação</u>										
Saldo em 31/12/2021	-	(31.727)	(12.561)	(26.285)	(48.148)	(1.491)	(2.842)	(1.195)	-	(124.249)
Depreciação	-	(5.032)	(3.168)	(10.128)	(12.187)	(500)	(1.199)	(340)	-	(32.554)
Baixa de depreciação	-	65	-	447	73	-	3	-	-	588
Saldo em 31/12/2022	-	(36.694)	(15.729)	(35.966)	(60.262)	(1.991)	(4.038)	(1.535)	-	(156.215)
Depreciação	-	(5.855)	(4.962)	(13.717)	(23.309)	(697)	(1.958)	(540)	-	(51.038)
Baixa de depreciação	-	-	-	474	860	11	59	9	-	1.413
Transferências	-	(3.499)	448	48	3.016	19	8	(40)	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	(46.048)	(20.243)	(49.161)	(79.695)	(2.658)	(5.929)	(2.106)	-	(205.840)
<u>Valor Residual</u>										
Saldo em 31/12/2022	48.950	239.041	16.588	78.396	135.847	3.860	6.170	2.818	950.630	1.482.300
Saldo em 31/12/2023	65.051	502.200	92.771	83.014	522.433	7.770	8.050	3.848	644.048	1.929.185

11. Imobilizado--Continuação

11.2. Consolidado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Aeronaves	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2021	29.785	244.871	29.739	67.549	142.417	4.043	5.992	-	3.128	376.277	903.801
Adições	552	1.285	326	47.512	9.893	1.748	4.075	18.217	550	670.104	754.262
Baixas	-	(510)	-	(699)	(111)	(0)	(11)	-	-	-	(1.331)
Transferências (-)	18.613	30.089	2.252	-	43.910	60	152	-	675	(95.751)	-
Saldo em 31/12/2022	48.950	275.735	32.317	114.362	196.109	5.851	10.208	18.217	4.353	950.630	1.656.732
Adições de aquisições em controladas	-	-	-	188	-	-	-	-	-	-	188
Adições	1.369	691	1.136	18.441	11.324	3.753	3.830	-	1.510	456.742	498.796
Baixas	-	-	-	(659)	(1.221)	(20)	(65)	-	(13)	-	(1.978)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335	395.916	844	10	-	104	(763.324)	-
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.667	602.128	10.428	13.983	18.217	5.954	644.048	2.153.738
Depreciação											
Saldo em 31/12/2021	-	(31.727)	(12.561)	(26.285)	(48.148)	(1.491)	(2.842)	-	(1.195)	-	(124.249)
Depreciação	-	(5.032)	(3.168)	(10.128)	(12.187)	(500)	(1.199)	(278)	(340)	-	(32.832)
Baixa de depreciação	-	65	-	447	73	-	3	-	-	-	588
Saldo em 31/12/2022	-	(36.694)	(15.729)	(35.966)	(60.262)	(1.991)	(4.038)	(278)	(1.535)	-	(156.493)
Depreciação adições de aquisições em controladas	-	-	-	(28)	-	-	-	-	-	-	(28)
Depreciação	-	(5.855)	(4.962)	(13.761)	(23.309)	(697)	(1.958)	(33)	(540)	-	(51.115)
Baixa de depreciação	-	-	-	474	860	11	59	-	9	-	1.413
Transferências	-	(3.499)	448	48	3.016	19	8	-	(40)	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	(46.048)	(20.243)	(49.233)	(79.695)	(2.658)	(5.929)	(311)	(2.106)	-	(206.223)
Valor Residual											
Saldo em 31/12/2022	48.950	239.041	16.588	78.396	135.847	3.860	6.170	17.939	2.818	950.630	1.500.239
Saldo em 31/12/2023	65.051	502.200	92.771	83.434	522.433	7.770	8.054	17.906	3.848	644.048	1.947.515

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

a) Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2023 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, além de ampliações nas indústrias. A Companhia segue com as reformas e ampliações na Indústria de extração de óleo de Ijuí/RS e de Cruz Alta/RS, com previsão de conclusão das obras no exercício de 2024. A indústria de Vera/MT segue com obras de melhoria e ampliação da atual estrutura já em funcionamento, cuja conclusão está prevista ao longo do ano de 2024. Também existem obras em andamento relacionadas as novas filiais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Em 2023, foi concluída parte da obra referente ao projeto de ampliação fabril em Cruz Alta/RS e da Industria de Vera/MT. Também foram realizadas imobilizações das lojas comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 11.523 (R\$ 14.328 em 31 de dezembro de 2022) referente a juros capitalizados sobre financiamentos para aquisição de imobilizado. O valor foi alocado no grupo de imobilizado em andamento para posterior imobilização assim que o ativo financiado estiver concluído, tendo em vista que os ativos em construção são considerados ativos qualificáveis. No exercício, a taxa média ponderada dos juros dos contratos capitalizáveis foi de 10,71% ao ano, que correspondem a contratos indexados substancialmente ao CDI somado a uma taxa pré-fixada.

b) Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na Nota 13.

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado de forma constante pela Administração, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

Notas Explicativas

12. Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços estão representados por:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023	Controladora e consolidado 31/12/2022
Fornecedores no mercado interno	1.124.277	1.124.086	1.093.976
Fornecedores no mercado externo	78.069	78.069	4.261
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 8)	830.112	830.112	868.537
	2.032.458	2.032.267	1.966.774
Circulante	2.032.321	2.032.130	1.966.774
Não circulante	137	137	-

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* refere-se à obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Desta forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da *commodity* entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, bem como devido ao momento de fixação ocorrer por liberalidade do produtor rural, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

Modalidade	Data de vencimento	Taxa média a.a.	Controladora 31/12/2023		Consolidado 31/12/2023		Controladora e Consolidado 31/12/2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	Fev/24 a mar/27	13,23%	236.756	580.448	236.756	580.448	386.861	303.870
Financiamentos	Jan/24 a jul/35	9,51%	61.353	78.182	61.353	78.182	20.514	93.420
Adiantamento contrato de câmbio	Fev/24 a nov/24	7,13%	95.245	-	95.245	-	45.694	-
Adiantamento para exportação	Mar/24 a dez/25	10,63%	88.434	38.752	88.434	38.752	146.075	99.636
Depósitos bancários	Jan/24 a set/25	11,26%	-	-	80.341	13.001	-	-
Total			481.788	697.382	562.129	710.383	599.144	496.926

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Controladora 31/12/2023	% sobre o Total	Consolidado 31/12/2023	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2022	% sobre o Total
Moeda estrangeira (USD)	95.245	8%	95.245	7%	64.720	6%
Moeda nacional (BRL)	1.083.925	92%	1.177.266	93%	1.031.350	94%
	1.179.170	100%	1.272.511	100%	1.096.070	100%

As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Alienação fiduciária – imóveis	348.384	389.896
Alienação fiduciária – Bens móveis e hipotecas	20.000	-
Avais*	414.804	564.678
Estoques	395.982	141.496
	1.179.170	1.096.070

*Os avais são concedidos pelos acionistas controladores da Companhia, sem nenhuma remuneração.

Em 31 de dezembro de 2023, no consolidado, além dos saldos provenientes da controladora, existem saldos de empréstimos e financiamentos relacionados a instituição financeira que é controlada pela Companhia. Desta forma, considerando as características específicas dessas operações, tais saldos provenientes da controlada não possuem garantias.

Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	481.788	211.488
2025	434.134	124.397
2026	194.630	101.101
Após 2026	68.618	59.940
	1.179.170	496.926

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras. Exigem que a Companhia não possua protestos legítimos e ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, ainda, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras.

Há o compromisso da Companhia em não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis, e fazer com que cada uma de suas Afiliadas, Subsidiárias e todas as Pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a Companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas ou Subsidiárias faz negócios.

Além das cláusulas supracitadas, deve-se manter durante a vigência de contrato específico determinado percentual do índice: Dívida Financeira Líquida/Ebitda. A avaliação do cumprimento dessa cláusula é realizada anualmente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos	Passivo de Arrendamento	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos	Passivo de Arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2021	799.700	-	13.873	799.700	-	13.873
Alterações que afetam caixa	157.580	(7.594)	(5.952)	157.580	(7.594)	(6.043)
Pagamento de Dividendos	-	(7.594)	-	-	(7.594)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(5.952)	-	-	(6.043)
Empréstimos captados	923.605	-	-	923.605	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(691.185)	-	-	(691.185)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.840)	-	-	(74.840)	-	-
Alterações que não afetam caixa	138.790	7.594	7.031	138.790	7.594	15.987
Passivo de arrendamento - Adição/Baixa	-	-	5.560	-	-	14.491
Variação monetária e encargos sobre empréstimos	83.773	-	-	83.773	-	-
CaptAÇÃO de <i>risk sharing</i>	40.689	-	-	40.689	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.471	-	-	1.496
Juros capitalizados	14.328	-	-	14.328	-	-
Dividendos	-	7.594	-	-	7.594	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.096.070	-	14.952	1.096.070	-	23.817
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.096.070	4.173	14.952	1.096.070	4.173	23.817
Alterações que afetam caixa	(53.738)	(57.238)	(6.343)	(40.445)	(57.238)	(7.597)
Pagamento de Dividendos	-	(57.238)	-	-	(57.238)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(6.343)	-	-	(7.597)
Empréstimos captados	987.577	-	-	1.042.342	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(905.424)	-	-	(946.896)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(135.891)	-	-	(135.891)	-	-
Alterações que não afetam caixa	136.838	53.065	3.017	216.887	53.065	2.773
Ingresso de empréstimos por aquisição de controlada	-	-	-	75.272	-	-
Passivo de arrendamento - Adição/Baixa/Remensuração	-	-	1.616	-	-	1.098
Variação monetária e encargos sobre empréstimos	125.315	-	-	130.092	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.401	-	-	1.675
Juros capitalizados	11.523	-	-	11.523	-	-
Dividendos	-	53.065	-	-	53.065	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.179.170	-	11.626	1.272.512	-	18.993

Notas Explicativas

14. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles o risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros	2.501.739	2.003.395	2.638.737	2.004.079
Custo amortizado	970.154	859.796	820.338	860.081
Contas a receber	970.154	859.796	820.338	860.081
Valor justo por meio do resultado	1.531.585	1.143.599	1.818.399	1.143.998
Caixa e equivalentes de caixa	759.638	723.915	1.028.483	724.314
Aplicações financeiras	179.482	154.841	197.451	154.841
Cédula de produtor rural (CPR)	425.553	179.378	425.553	179.378
Contratos a termo de <i>commodities</i>	115.173	83.048	115.173	83.048
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	1.387	-	1.387
Operações de <i>hedge</i>	6.105	-	6.105	-
Ativo ambiental	-	1.030	-	1.030
Operações NDF	45.634	-	45.634	-
Passivos financeiros	3.317.510	3.148.472	3.432.411	3.173.434
Custo amortizado	2.409.953	2.240.196	2.524.854	2.265.158
Fornecedores	1.202.346	1.098.237	1.202.155	1.098.237
Empréstimos e financiamentos	1.179.170	1.096.070	1.272.512	1.096.070
Passivo de arrendamento	11.626	14.952	18.993	23.817
Outros passivos	16.811	30.937	31.194	47.034
Valor justo por meio do resultado	907.557	908.276	907.557	908.276
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	830.112	868.537	830.112	868.537
Contratos a termo de <i>commodities</i>	61.754	29.416	61.754	29.416
Operações de <i>hedge</i>	-	6.204	-	6.204
Operações <i>Swap</i> sobre empréstimos	236	4.103	236	4.103
Operações de NDF – Passivo	15.455	16	15.455	16

Notas Explicativas

14. Instrumentos financeiros--Continuação

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			
	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	1.531.585	1.143.599	1.531.585	1.143.599
Caixa e equivalentes de caixa	759.638	723.915	759.638	723.915
Aplicações financeiras	179.482	154.841	179.482	154.841
Cédula de produtor rural (CPR)	425.553	179.378	425.553	179.378
Contratos a termo de <i>commodities</i>	115.173	83.048	115.173	83.048
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	1.387	-	1.387
Operações de <i>hedge</i>	6.105	-	6.105	-
Ativo Ambiental	-	1.030	-	1.030
Operações NDF	45.634	-	45.634	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	907.557	908.276	907.557	908.276
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	830.112	868.537	830.112	868.537
Contratos a termo de <i>commodities</i>	61.754	29.416	61.754	29.416
Operações de <i>hedge</i>	-	6.204	-	6.204
Operações Swap sobre empréstimos	236	4.103	236	4.103
Operações de NDF	15.455	16	15.455	16

Notas Explicativas

14. Instrumentos financeiros--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	1.818.399	1.143.998	1.818.399	1.143.998
Caixa e equivalentes de caixa	1.028.483	724.314	1.028.483	724.314
Aplicações financeiras	197.451	154.841	197.451	154.841
Cédula de produtor rural (CPR)	425.553	179.378	425.553	179.378
Contratos a termo de <i>commodities</i>	115.173	83.048	115.173	83.048
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	1.387	-	1.387
Operações de <i>hedge</i>	6.105	-	6.105	-
Ativo Ambiental	-	1.030	-	1.030
Operações NDF	45.634	-	45.634	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	907.557	908.276	907.557	908.276
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	830.112	868.537	830.112	868.537
Contratos a termo de <i>commodities</i>	61.754	29.416	61.754	29.416
Operações de <i>hedge</i>	-	6.204	-	6.204
Operações Swap sobre empréstimos	236	4.103	236	4.103
Operações de NDF	15.455	16	15.455	16

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa são compatíveis aos seus valores contábeis.

Contas a receber de clientes/ Fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Contas a receber – CPR/ Fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, tem seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Para este cálculo de valor justo, foi utilizado o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Passivo de arrendamento - O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

Notas Explicativas

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Outros ativos financeiros – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldo decorrentes de transações com partes relacionadas. Os valores justos de outros ativos financeiros não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Outros passivos – Saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa. Para os outros passivos o valor contábil se aproxima do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros (CBOT) de *commodities* e swaps sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo – *commodities* - Os valores classificados como contratos a termo de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

15. Gestão de risco

Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controlos de limites de exposição a estes. Esses riscos incluem risco de mercado (risco de preço de *commodities*, risco cambial, risco de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco global, definida através de política interna da Companhia, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições de risco.

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - volatilidade no preço de <i>commodities</i>	Estoques e operações atreladas a <i>commodities</i> agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, fornecedores a fixar de <i>commodities</i> , contratos futuros e a termo
Risco de mercado – volatilidade do câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos e análise da exposição líquida
Risco de mercado - volatilidade da taxa de juros	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhos de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

i) Riscos de preço de *commodities*

A disponibilidade e os preços de *commodities* agrícolas são sujeitos a flutuações decorrentes de fatores, como por exemplo, mudanças nas condições meteorológicas, pragas, plantios, programas e políticas do governo, concorrência, mudanças na demanda global resultantes de crescimento populacional e mudanças de padrões de vida e produção global de plantios semelhantes e concorrentes.

A Companhia gerencia sua posição de exposição ao preço de *commodities* através de contratos de futuros negociados em bolsa, operações de CPR, fornecedores a fixar de *commodities*, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo com o objetivo de reduzir o risco de preço advindo de flutuações de mercado em *commodities* agrícolas.

Os resultados dessas estratégias podem sofrer impactos significativos decorrentes de fatores, como, por exemplo, volatilidade do relacionamento entre as posições compradas e vendidas em *commodities*, inadimplemento contratual pela contraparte e volatilidade de mercados de frete.

15. Gestão de risco--Continuação

i) Riscos de preço de *commodities*--Continuação

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em milhares de sacas de 60kg):

	Controladora e Consolidado 31/12/2023			Controladora e Consolidado 31/12/2022		
	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo
Estoques	1.022	903	2.792	2.174	74	3.765
Contas a receber – CPR	1.831	268	20	737	159	4
Contratos a termo de <i>commodities</i> – compra	6.535	292	351	3.598	757	108
Contratos a termo de <i>commodities</i> – venda	(2.452)	(1.422)	(2.710)	(646)	(555)	(1.963)
Fornecedores a fixar <i>commodities</i>	(5.381)	(411)	(1.793)	(3.983)	(230)	(2.013)
Exposição líquida à variação de preço	1.555	(370)	(1.340)	1.880	205	(99)

Os fornecedores a fixar de *commodities* não possuem prazo determinado para fixar o preço. Dessa forma, a Companhia busca proteger a sua exposição através da Política de Gestão de Riscos, na qual mantém o saldo a fixar acobertado por ativos, como, estoque de grãos, óleo, biodiesel e farelo. A Companhia também dispõe de fluxo financeiro compatível com a sua exposição.

A variação da mensuração a valor justo dos contratos incluídos na gestão de risco de preço das *commodities* é registrada em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos, e totalizou receita de R\$ 15.872 em 31 de dezembro de 2023 (despesa de R\$ 47.700 em 31 de dezembro de 2022).

15. Gestão de risco--Continuação

i) Riscos de preço de *commodities*--Continuação

Análise de sensibilidade do preço das commodities

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Soja Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2023	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	1.022	140,00	142.969	182,5	117.100	219	234.199	109,50	(117.100)	73,00	(234.199)
Contas a receber - CPR	1.831	143,23	262.250	196,39	60.076	235,67	120.152	117,79	(60.055)	78,53	(120.110)
Contratos a termo - compra	6.535	121,05	790.998	153,67	187.324	184,4	374.648	92,17	(187.272)	61,45	(374.544)
Contratos a termo - venda	(2.452)	66,16	(162.215)	160,99	(89.444)	193,19	(178.888)	94,95	87.918	63,30	175.836
Fornecedores - grãos a fixar	(5.381)	131,61	(708.243)	170,84	(207.465)	205,01	(414.930)	102,50	207.465	68,34	414.930
	1.555	325.759			67.591		135.181			(69.044)	(138.087)

Milho Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2023	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	903	45,00	40.673	56,25	10.161	67,50	20.322	33,75	(10.161)	22,50	(20.322)
Contas a receber – CPR	268	66,46	17.784	83,08	4.446	99,70	8.892	49,85	(4.446)	33,23	(8.892)
Contratos a termo - compra	292	38,32	11.189	47,90	2.797	57,48	5.595	28,74	(2.797)	19,16	(5.595)
Contratos a termo - venda	(1.422)	66,68	(94.832)	83,35	(23.708)	100,02	(47.416)	50,01	23.708	33,34	47.416
Fornecedores - grãos a fixar	(411)	59,92	(24.634)	74,90	(6.159)	89,88	(12.317)	44,94	6.159	29,96	12.317
	(370)	(49.820)			(12.463)		(24.924)			12.463	24.924

15. Gestão de risco--Continuação

i) Riscos de preço de *commodities*--Continuação

Trigo Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2023	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	2.792	70,00	195.418	87,50	48.854	105,00	97.709	52,50	(48.854)	35,00	(97.709)
Contas a receber - CPR	20	70,68	1.432	88,35	358	106,02	716	53,01	(358)	35,34	(716)
Contratos a termo - compra	351	63,38	22.224	79,22	5.556	95,06	11.112	47,53	(5.556)	31,69	(11.112)
Contratos a termo - venda	(2.710)	70,00	(189.675)	87,50	(47.419)	105,00	(94.838)	52,50	47.419	35,00	94.838
Fornecedores - grãos a fixar	(1.793)	53,97	(96.767)	67,46	(24.191)	80,95	(48.384)	40,48	24.191	26,98	48.384
	(1.340)	(67.368)		(16.842)		(33.685)			16.842		33.685
Farelo Instrumento financeiro	Sacas*	Cotação em 31/12/2023	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - farelo ***	58	2.443,00	142.886	3.053,75	35.727	3.664,50	71.454	1.832,25	(35.727)	1.221,50	(71.454)
Contratos a termo - compra	20	2.390,00	47.800	2.987,50	11.950	3.585,00	23.900	1.792,50	(11.950)	1.195,00	(23.900)
Contratos a termo - venda	(411)	1.465,37	(602.209)	1.831,71	(150.552)	2.198,05	(301.105)	1.099,02	150.552	732,68	301.105
	(333)	(411.523)		(102.875)		(205.751)			102.875		205.751
Outros estoques	Qty.	Cotação em 31/12/2023	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - soja semente **	48	451,00	21.634	563,75	5.403	676,50	10.806	338,25	(5.403)	225,50	(10.806)
Estoque - trigo semente **	186	126,00	23.346	157,50	5.859	189,00	11.718	94,50	(5.859)	63,00	(11.718)
Estoque - óleo ***	10	4.120,00	41.196	5.150,00	10.299	6.180	20.597	3.090,00	(10.299)	2.060,00	(20.597)
Estoque - outras sementes **	28	830,09	23.454	1.037,62	5.863	1.245,14	11.727	622,57	(5.863)	415,05	(11.727)
	272	109.630		27.424		54.848			(27.424)		(54.848)

(*) em milhares de sacas de 60kg.

(**) em milhares de sacas de 40kg (Exceto para Triticale que é em saca de 60kg)

(***) em milhares de toneladas.

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

(ii) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano. A administração estabeleceu uma política que define que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger das variações das taxas de câmbio, além do acompanhamento periódico da exposição líquida em moeda estrangeira das suas operações. No quadro abaixo é demonstrada a exposição líquida da Companhia em milhares de dólares norte-americanos:

Instrumento financeiro	Controladora	Controladora
	31/12/2023 USD mil	31/12/2022 USD mil
Câmbio a realizar	-	9.209
Bancos	17.673	13.314
Aplicações no exterior	-	32.713
Corretoras	10.176	2.969
Clientes	67.274	21.633
Fornecedores	(16.126)	(817)
Empréstimos e financiamentos	(19.673)	(12.404)
Exposição líquida a variação cambial	59.324	66.617

Notional das operações NDF e Swap

	31/12/2023 USD mil	31/12/2022 USD mil
Posição em Aberto		
NDF Compra	146.491	-
NDF Venda	266.184	331
Swap sobre empréstimos	3.631	14.498
Posição Fixada		
NDF Compra	58.940	-
NDF Venda	73.013	-

No quadro abaixo demonstramos as posições da Companhia, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado de Swap e NDF, a saber:

Descrição	Valor de referência (<i>notional</i>)			Valor justo (MTM)		
	Moeda	31/12/2023	31/12/2022	Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Contratos a termo (NDF)	USD	544.628	331	R\$	30.179	(16)
Swap	USD	3.631	14.498	R\$	(237)	(2.716)
Total		548.259	14.829		29.942	(2.732)

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

(ii) Risco cambial--Continuação

Análise de sensibilidade do risco cambial

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à variação cambial no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2023	Cotação em 31/12/2023 (*)	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Câmbio a realizar	-	4,84	6,05	-	7,26	-	3,63	-	2,42	-
Bancos	85.562	4,84	6,05	21.390	7,26	42.781	3,63	(21.390)	2,42	(42.781)
Corretoras	49.266	4,84	6,05	12.317	7,26	24.633	3,63	(12.317)	2,42	(24.633)
Clientes mercado externo	325.693	4,84	6,05	81.423	7,26	162.847	3,63	(81.423)	2,42	(162.847)
Fornecedores	(78.069)	4,84	6,05	(19.517)	7,26	(39.034)	3,63	19.517	2,42	39.034
Empréstimos e financiamentos	(95.245)	4,84	6,05	(23.811)	7,26	(47.623)	3,63	23.811	2,42	47.623
	287.207			71.802		143.604			(71.802)	(143.604)

(*) Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil.

(iii) Riscos de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de equivalentes de caixa, empréstimos e partes relacionadas com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. As taxas variáveis as quais a Companhia possui exposição principal são o CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) e IPCA (Índice Geral de Preços do Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à taxa de juros para os indexadores mais relevantes no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

(iii) Riscos de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade do risco de juros--Continuação

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – CDI

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2023	Indexador CDI	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito						
Aplicações financeiras	563.480	11,65%	14,56%	16.411	17,48%	32.823	8,74%	(16.411)	5,83%	(32.823)
Aplicações financeiras – fundos	197.532	11,65%	14,56%	5.753	17,48%	11.506	8,74%	(5.753)	5,83%	(11.506)
Empréstimos e Financiamentos	(797.812)	11,65%	14,56%	(23.236)	17,48%	(46.473)	8,74%	23.236	5,83%	46.473
Nota de Crédito à Exportação	(51.768)	11,65%	14,56%	(1.508)	17,48%	(3.015)	8,74%	1.508	5,83%	3.015
	(88.568)			(2.580)		(5.159)			2.580	5.159

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2023	Indexador CDI	Consolidado							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito						
Aplicações financeiras	581.449	11,65%	14,56%	16.935	17,48%	33.869	8,74%	(16.935)	5,83%	(33.869)
Aplicações financeiras – fundos	197.532	11,65%	14,56%	5.753	17,48%	11.506	8,74%	(5.753)	5,83%	(11.506)
Empréstimos e Financiamentos	(704.470)	11,65%	14,56%	(20.518)	17,48%	(41.035)	8,74%	20.518	5,83%	41.035
Nota de Crédito à Exportação	(51.767)	11,65%	14,56%	(1.508)	17,48%	(3.015)	8,74%	1.508	5,83%	3.015
	22.744			662		1.325		(662)		(1.325)

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – IPCA

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2023	Indexador IPCA	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito						
Compromissada IPCA	5.068	4,62%	5,78%	59	6,93%	117	3,47%	(59)	2,31%	(117)
Partes relacionadas	13.262	4,62%	5,78%	153	6,93%	306	3,47%	(153)	2,31%	(306)
Financiamentos	(31.687)	4,62%	5,78%	(366)	6,93%	(732)	3,47%	366	2,31%	732
	(13.357)			(154)		(309)			154	309

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Desta forma, as perdas de crédito são calculadas levando em conta o fator de risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda, e, com isso gerando a provisão necessária para cobrir eventuais perdas, na opinião da Administração. As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. O *aging* dos saldos a receber está demonstrado na Nota 5.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito dos bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras é administrado pela Companhia com base em sua política de gerenciamento de riscos. Com relação ao caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating*.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – como por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela abaixo são os saldos projetados considerando as condições contratuais de cada passivo financeiro pelo seu prazo de desembolso contratual.

	Controladora			Consolidado			Controladora e consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023			31/12/2022		
	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	2.032.321	137	-	2.032.130	137	-	1.966.774	-	-
Empréstimos e financiamentos	589.668	792.643	14.438	678.809	792.643	14.438	714.371	580.251	25.091
Passivos de arrendamentos	3.845	4.784	2.997	5.802	10.193	2.998	4.887	6.987	3.078
Parcelamentos tributários	1.487	2.361	415	1.487	2.361	415	1.396	3.306	799
Outras obrigações	16.811	-	-	22.079	9.115	-	30.937	-	-
	2.644.132	799.925	17.850	2.740.307	814.449	17.851	2.718.365	590.544	28.968

Notas Explicativas

15. Gestão de risco--Continuação

d) Gestão de capital

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada para o presente exercício.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida (caixa líquido), por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Companhia revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023	Controladora e consolidado 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	1.179.170	1.272.512	1.096.070
Caixa e equivalentes de caixa	(759.638)	(1.028.483)	(723.915)
Aplicações financeiras	(179.482)	(197.451)	(154.841)
Dívida líquida / (Caixa líquido)	240.050	46.578	217.314
Patrimônio líquido	3.347.737	3.351.891	2.816.976
Soma do patrimônio líquido e caixa líquido	3.587.787	3.398.469	3.034.290
Índice de alavancagem financeira	7%	1%	7%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Passivo circulante (a)	2.695.403	2.784.746	2.720.965
Passivo não circulante (b)	719.626	747.152	517.432
Patrimônio líquido (c)	3.347.737	3.351.891	2.816.976
Total (d)	6.762.766	6.883.789	6.055.373
Capital de terceiros (a+b) /d)	50,50%	51,31%	53,48%
Capital próprio (c/d)	49,50%	48,69%	46,52%

Notas Explicativas

16. Receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes defensivos), venda de *commodities* (trigo, milho, soja e outros), bem como pela venda biodiesel e produtos relacionados à extração do óleo degomado da soja (farelo de soja e outros). No consolidado, ainda são geradas receitas de intermediação financeira, oriundas da instituição financeira do Grupo.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta	9.042.859	6.834.063	9.076.755	6.834.640
Venda mercado interno	6.481.406	5.716.038	5.985.021	5.716.038
Venda mercado externo	2.539.066	1.103.505	3.053.578	1.103.505
Serviços	22.387	14.520	25.847	15.097
Receitas da intermediação financeira	-	-	12.309	-
 Deduções	 (85.363)	51.199	 (77.770)	51.199
Devoluçãoes	(141.022)	(97.480)	(133.233)	(97.480)
Impostos sobre vendas	(179.328)	(27.307)	(179.524)	(27.307)
Crédito presumido de impostos	234.987	175.986	234.987	175.986
 Receita operacional líquida	 8.957.496	6.885.262	 8.998.985	6.885.839

Notas Explicativas

17. Custos e despesas por função e natureza

Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas de vendas e administrativas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Por função				
Custo das mercadorias e produto vendidos	(7.751.833)	(5.842.540)	(7.752.979)	(5.842.540)
Despesas de vendas	(756.634)	(462.092)	(764.746)	(462.094)
Despesas administrativas	(64.038)	(67.956)	(71.818)	(68.374)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(5.305)	(620)	(8.939)	(620)
Por natureza	(8.577.810)	(6.373.208)	(8.598.482)	(6.373.628)
Custos das mercadorias vendidas	(3.724.468)	(3.167.910)	(3.720.621)	(3.167.910)
Custos das matérias-primas	(3.923.970)	(2.543.790)	(3.923.970)	(2.543.790)
Ajuste ao valor justo	15.872	(47.700)	15.872	(47.700)
Pessoal	(248.175)	(214.498)	(250.010)	(214.564)
Fretes/armazenagem/despachos	(359.442)	(143.447)	(359.460)	(143.447)
Serviços de terceiros	(61.417)	(66.867)	(65.409)	(66.869)
Despesas de depreciação e amortização	(51.191)	(32.735)	(51.268)	(33.012)
Amortização de direito de uso	(5.414)	(4.668)	(6.329)	(4.734)
Combustíveis e lubrificantes	(27.418)	(25.110)	(27.893)	(25.110)
Água/luz/telefone/gás	(24.462)	(22.398)	(24.465)	(22.398)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(5.305)	(620)	(8.939)	(620)
Outras receitas/despesas líquidas	(162.420)	(103.465)	(170.997)	(103.474)
Despesas da intermediação financeira	-	-	(4.993)	-

Abaixo apresentamos a abertura por natureza dos valores de outras receitas e despesas operacionais apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Por função				
Ativo Ambiental (CBIO)	41.384	25.440	41.187	25.440
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	28.727	14.538	28.727	14.538
	12.657	10.902	12.460	10.902

Notas Explicativas

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Variação cambial ativa	132.231	169.381	120.337	169.381
Variação monetária ativa	2.957	811	2.957	811
Juros e descontos obtidos	129.663	130.655	130.753	130.655
Ganho nas operações de <i>hedge</i>	43.481	10.978	43.481	10.978
Receitas com <i>swap</i> cambial	6.704	13.224	6.704	13.224
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.866)	(6.097)	(7.866)	(6.097)
Ganho nas operações de NDF	86.180	-	86.180	-
Receitas financeiras	393.350	318.952	382.546	318.952
Variação cambial passiva	(136.341)	(145.453)	(136.344)	(145.453)
Variação monetária passiva	(6.854)	(1)	(6.854)	(1)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(141.961)	(115.248)	(142.308)	(115.248)
Juros, tarifas e descontos	(27.175)	(18.688)	(27.965)	(18.717)
Despesas com <i>swap</i> cambial	(14.325)	(32.078)	(14.325)	(32.078)
Perda com operação de <i>hedge</i>	(36.258)	(4.769)	(36.258)	(4.769)
Operações de NDF – Passivo	-	(16)	-	(16)
Perda nas operações de NDF	(31.462)	-	(31.462)	-
Despesas financeiras	(394.376)	(316.253)	(395.516)	(316.282)
Resultado financeiro, líquido	(1.026)	2.699	(12.970)	2.670

Notas Explicativas

19. Parcelamentos tributários

O saldo de parcelamentos tributários é oriundo, basicamente, de saldos em aberto de ICMS e PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados, respectivamente, em 44 e 94 parcelas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento ICMS	1.931	2.785
Parcelamento PIS/COFINS	2.332	2.716
	4.263	5.501
Circulante	1.487	1.396
Não circulante	2.776	4.105

20. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(4.337)	(101)	(5.388)	(154)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	148.696	31.007	150.470	31.007
Resultado de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	144.359	30.906	145.082	30.853

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	430.928	540.531	428.720	540.321
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(146.516)	(183.781)	(145.765)	(183.709)
 Reconciliação da alíquota efetiva:				
Subvenção para investimentos	300.196	209.964	300.196	209.964
Distribuição de dividendos pagos da conta de reserva para incentivos fiscais	(9.949)	(2.582)	(9.949)	(2.582)
Impostos sobre indébito tributário – processo SELIC	-	7.017	-	7.017
<i>Stock Options</i>	(3.121)	(4.003)	(3.121)	(4.003)
Ajuste de lucros auferidos no exterior e <i>Transfer Pricing</i>	(4.578)		(4.578)	
Outros	8.327	4.291	8.327	4.291
Efeito das controladas tributadas pelo Lucro Presumido	-	-	(28)	(125)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	144.359	30.906	145.082	30.853
Alíquota efetiva	33,50%	5,72%	33,84%	5,71%

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 referem-se a:

	Controladora e Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para litígios	3.927	2.154	
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	4.227	2.423	
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	203.206	236.743	
Ajuste valor justo de estoques	(146.932)	(163.969)	
Diferença de taxas de depreciação	(27.522)	(20.706)	
Ativo imobilizado - custo atribuído	(2.662)	(2.742)	
Outras diferenças temporárias	(1.185)	(4.850)	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>238.831</u>	74.141	
Impostos diferidos, líquidos	<u>271.890</u>	123.194	

A seguir demonstramos a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos da controladora e do consolidado:

	Saldo líquido em 31/12/2022	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Provisão para litígios	2.154	1.773	3.927	3.927	-	-
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	2.423	1.804	4.227	4.227	-	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	236.743	(33.537)	203.206	203.206	-	-
Ajuste valor justo de estoques	(163.969)	17.037	(146.932)	-	(146.932)	-
Diferença de taxas de depreciação	(20.706)	(6.816)	(27.522)	-	(27.522)	-
Ativo imobilizado - custo atribuído	(2.742)	80	(2.662)	-	(2.662)	-
Outras diferenças temporárias	(4.850)	3.665	(1.185)	-	(1.185)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	74.141	164.690	238.831	238.831	-	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	<u>123.194</u>	<u>148.696</u>	<u>271.890</u>	<u>450.191</u>	<u>(178.301)</u>	
Compensação de imposto	-	-	-	-	-	-
Imposto líquido ativo (passivo)	<u>123.194</u>	<u>148.696</u>	<u>271.890</u>	<u>450.191</u>	<u>(178.301)</u>	

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Saldo líquido em 31/12/2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisão para litígios	784	1.370	2.154	2.154	-	
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	2.212	211	2.423	2.423	-	
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	216.101	20.642	236.743	236.743	-	
Ajuste valor justo de estoques	(161.104)	(2.865)	(163.969)	-	(163.969)	
Diferença de taxas de depreciação	(16.695)	(4.011)	(20.706)	-	(20.706)	
Ativo immobilizado - custo atribuído	(2.742)	-	(2.742)	-	(2.742)	
Outras diferenças temporárias	(1.597)	(3.253)	(4.850)	-	(4.850)	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	55.228	18.913	74.141	74.141	-	
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	92.187	31.007	123.194	315.461	(192.267)	
Compensação de imposto	-	-	-	-	-	
Imposto líquido ativo (passivo)	92.187	31.007	123.194	315.461	(192.267)	

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de *commodities*, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou em sua apuração o efeito da subvenção do diferimento do ICMS, gerando base negativa de apuração de imposto no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, reconhecendo assim um ativo diferido sobre o prejuízo fiscal de 2022, baseado na expectativa de lucros tributáveis futuros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou crédito extemporâneo referente a subvenção referente ao farelo cujo ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento. O crédito foi apurado sobre os anos de 2019 a 2021 totalizando uma base de R\$ 281.359 cujo efeito de imposto diferido totaliza R\$ 95.662.

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. O valor remanescente de R\$ 238.831, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2023, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia, nos seguintes Exercícios:

Até um ano	57.877
Entre um e cinco anos	180.954
Total	238.831

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por maioria a constitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores que dizem respeito à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187, com repercussão geral reconhecida, trata do entendimento de que os juros de mora e a correção monetária, dada a sua natureza indenizatória, não consistem num acréscimo patrimonial, pois têm por finalidade apenas reparar as perdas monetárias sofridas no exercício de discussão do indébito tributário.

A Companhia possui processo análogo, impetrado em outubro de 2020, e no julgamento da Administração da Companhia é provável o crédito de IRPJ e CSLL sobre a SELIC de exercícios anteriores e, desta forma, reconheceu, à luz do que estabelece o IFRIC 23/ ICPC 22 o montante de R\$ 6.508 ainda no ano de 2021. Em 2022, a Companhia obteve trânsito em julgado para o referido processo, registrando mais R\$ 7.017 referente a Selic registrada no exercício de 2022. A Companhia passou a aproveitar tal montante como uma exclusão da base de apuração de imposto de renda.

Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois

As regras do modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não foram adotadas em nenhum país que a empresa possui operação, não produzindo efeitos nessas demonstrações financeiras. A Companhia vai avaliar os impactos caso ocorra adoção no futuro.

Notas Explicativas

21. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo não circulante, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisões trabalhistas	11.548	6.303
Provisões cíveis	2	33
Total	11.550	6.336

A movimentação da provisão para litígios e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.307
Reversões constituídas durante o exercício	(23)
Provisões constituídas durante o exercício	4.052
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.336
Reversões constituídas durante o exercício	-
Provisões constituídas durante o exercício	5.214
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.550

	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	(93)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	121
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	116

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R\$ 5.058, tributários no montante de R\$ 111 e cíveis no montante de R\$ 100 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.239 trabalhistas, R\$ 100 tributários e R\$ 100 cíveis em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

22. Partes relacionadas

Alienação de investimento

Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade da sua participação de 25% das ações da 4 Ventos Agroindustrial S.A. para a sua controladora Sinuelo Participações Ltda., pelo montante de R\$ 40.000. A transação foi realizada em condições acordadas entre as partes. As parcelas serão liquidadas em 10 anos, com atualização anual do IPCA. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios de reporte estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2023 referente a esta operação é de R\$ 13.262 (R\$ 16.490 em 31 de dezembro de 2022). O efeito da atualização do IPCA de doze meses no resultado é de R\$ 772 (R\$ 1.298 em 30 de setembro de 2022).

Outras transações

A Companhia firmou, em 01 de setembro de 2021, contrato de consultoria em gestão ativa de pessoas com empresa controlada por membro do conselho de administração, com parcelas mensais de R\$ 20 até fevereiro de 2022. Este contrato foi renovado por mais nove meses a partir de março de 2022, nas mesmas condições do contrato original, com vigência de um ano, no entanto, acabou sendo rescindido ainda no ano de 2022.

A Companhia firmou, em 30 de novembro de 2021, contrato de consultoria jurídica com empresa controlada por membro do conselho de administração, com parcelas mensais de R\$ 20, por prazo indeterminado.

Em 11 de julho de 2023, foi efetivada e concluída, a aquisição da parte relacionada da Companhia, Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento ("TentosCap"), por meio de sua subsidiária Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. Maiores detalhes sobre a operação podem ser observados na Nota Explicativa número 1.2.

Operações da atividade principal

A Companhia possui operações de vendas de insumos e compra de grãos dentro das operações normais da atividade, realizadas em condições acordadas entre as partes, com as partes relacionadas João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel - Parceria Agrícola Dumoncel (acionistas), Tentos Promotora de Vendas, Tutmex S.A., Mates Locações Aéreas, Daniel Carneiro Sociedade de Advogados, Tentos S.A Crédito, Financiamento e Investimento e demais administradores. Essas transações são realizadas com condições e prazos semelhantes as operações realizadas com terceiros, com pagamentos e quitações em torno de 30 a 90 dias, cuja realização é esperada ainda para o próximo exercício.

Notas Explicativas

22. Partes relacionadas--Continuação

Operações da atividade principal--Continuação

	Balanço patrimonial					
	Controladora 31/12/2023		Consolidado 31/12/2023		Controladora e Consolidado 31/12/2022	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Parceria Agrícola Dumoncel (*)	89.459	2.302	89.459	2.302	133.586	11.728
Demais Administradores (*)	1.082	303	1.082	303	-	-
Tulmex S.A. (*)	323.929	-	-	-	-	-
Sinuelo Participações (**)	13.262	-	13.262	-	16.490	-
Tentos Corretora de Seguros	-	-	205	-	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (TentosCap)	1.015	263	-	-	-	-
Total	428.747	2.868	104.008	2.605	150.076	11.728

(*) Saldos ativos classificados nas rubricas de contas a receber de clientes.

(**) Saldos ativos classificados na rubrica de contas a receber com partes relacionadas no balanço patrimonial.

	Demonstração do Resultado					
	Controladora		Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Vendas e Serviços	Compras	Vendas e Serviços	Compras	Vendas e Serviços	Compras
Parceria Agrícola Dumoncel	146.011	28.486	146.011	28.486	111.029	22.818
Demais Administradores	3.155	1.185	3.155	1.185	-	-
Tentos Corretora de Seguros LTDA	84	-	-	-	-	-
Tulmex S.A	991.044	-	-	-	-	-
Tentos S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos	1.358	-	-	-	-	-
Total	1.141.652	29.671	149.166	29.671	111.029	22.818

Notas Explicativas

22. Partes relacionadas--Continuação

Honorários da administração

Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados R\$ 15.656 de remuneração e encargos aos administradores (R\$ 16.644 em 31 de dezembro de 2022), além de despesa de R\$ R\$ 9.179 referentes a opções outorgadas aos administradores da Companhia (R\$ 11.775 em 31 de dezembro de 2022).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme nota explicativa 26. Em Assembleia Geral Extraordinária em 04 de setembro de 2021 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2021 dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento no valor máximo de R\$ 120. Em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de abril de 2023 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2023, dos membros da administração da Companhia, estabelecendo o valor máximo de R\$ 21.740.

23. Patrimônio líquido

Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 31 de janeiro de 2022, em reunião do Conselho de Administração, aprovou-se o aumento de capital diante da oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações no valor de R\$ 4.800 (quatro milhões e oitocentos mil reais) nos termos da Instrução CVM nº 400.

Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Notas Explicativas

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em 20 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.158 por meio da emissão de 1.280.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.565.587 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 498.298 (quatrocentas e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e oito mil ações) e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.562.429 (um bilhão e quinhentos e sessenta e dois milhões e quatrocentos e vinte e nove mil reais) dividido em 497.018 (quatrocentos e noventa e sete milhões e dezoito mil) ações ordinárias. Esses montantes não contemplam custos de emissão das ações.

A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

	R\$ mil	Quant. de ações (mil)
31 de dezembro de 2021		
RCA 31/01 – Aumento de capital	1.552.941	494.118
RCA 24/03 – Aumento de capital	4.800	500
RCA 23/12 – Aumento de capital	3.088	1.600
	1.600	800
31 de dezembro de 2022	1.562.429	497.018
RCA 20/03 – Aumento de capital	3.158	1.280
31 de dezembro de 2023	1.565.587	498.298

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 70.801 (R\$ 46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). Em 31 de janeiro de 2022, realizou a oferta pública de distribuição primária de ações nos termos da Instrução CVM nº 400. Esta nova oferta incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 298 (R\$ 196, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Capital social	1.565.587	1.562.429
(-) Custos com a emissão de ações	(71.099)	(71.099)
Efeito tributário sobre custos com emissão de ações	24.174	24.174
Total	1.518.662	1.515.504

Notas Explicativas

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$ 2.005 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.952 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2023, o ajuste acumulado de conversão da controlada localizada no exterior totalizou R\$ (283).

Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 26. O saldo da reserva de capital é de R\$ 34.266 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2022).

Transação de capital com sócios (reflexa)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo na controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação.

O saldo da reserva de capital com sócios é de R\$ 2.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ações em tesouraria

Em 12 de abril de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia (“Programa de Recompra”). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Poderão ser adquiridas 2.000 (dois milhões de ações), cujo prazo máximo para aquisição das ações será de até 18 meses, iniciando-se em 13 de abril de 2023 e encerrando-se em 13 de outubro de 2024.

Em 11 de maio de 2023 foi adquirido o primeiro lote composto por 85 mil ações pelo valor de R\$ 949. Em 09 de novembro de 2023 foi adquirido o segundo lote composto por 50 mil ações pelo valor de R\$ 525.

	R\$ mil	Quant. de ações (mil)
31 de dezembro de 2022	-	-
RCA 12/04 – 1ª Recompra - Aquisição em 11/05/2023	949	85
RCA 12/04 – 2ª Recompra - Aquisição em 09/11/2023	525	50
31 de dezembro de 2023	1.474	135

Notas Explicativas

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucros

Reserva para incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua originação:

(i) Crédito presumido de ICMS

Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na Nota 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, que foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais que frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim.

(ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na Nota 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 36.896 (R\$7.635, líquido do efeito da realização de dividendos). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva de R\$ 341.286 (R\$ 333.691 líquido do efeito da distribuição de dividendos), sendo deste total R\$ 154.351 originado da reversão da reserva do crédito presumido de ICMS e R\$ 186.935 originados do resultado do exercício de 2022.

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 210.704 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía reserva pendente de constituição). Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

Notas Explicativas

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucros--Continuação

Reserva para incentivos fiscais—Continuação

(iii) Diferimento da tributação do ICMS

Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes.

No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção ao princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

Em setembro de 2023 a Companhia optou por registrar retroativamente subvenção sobre as exportações de farelo ocorridas entre os anos de 2019 até 2021, conforme detalhado na Nota explicativa 25.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente ao benefício de diferimento do ICMS, no valor de R\$ 539.338 (R\$ 510.075, líquido do efeito da realização de dividendos).

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a reversão de parcela da reserva para incentivos fiscais, sendo tal parcela revertida referente à reserva constituída relativa ao crédito presumido de ICMS, tendo em vista a natureza desse incentivo e, portanto, não seria aplicável a constituição de tal reserva. Com isso, destinou-se o montante de R\$ 4.768 para cobertura da Reserva Legal de anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente.

Notas Explicativas

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucros--Continuação

Para o exercício de 2022, foi constituída Reserva Legal de R\$ 4.643 com base no lucro líquido resultante após a constituição das Reservas para incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da Reserva Legal foi de R\$ 12.456.

Reserva de investimento

A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. Esta reserva obedece aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Para o exercício de 2022, foi constituída Reserva de Investimento de R\$ 26.216 com base no lucro líquido resultante após a constituição das reservas de incentivos fiscais, reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos.

Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva de investimento, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente.

Dividendos

Em 27 de abril de 2022, a Companhia realizou sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde aprovou o pagamento de dividendos como destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A distribuição aconteceu com base no saldo da reserva de incentivos fiscais da Companhia, do qual R\$ 21.515 foram destinados para distribuição de dividendos, composto por dividendo intercalar, já pago no mês de setembro de 2021, no valor total líquido de R\$ 13.921 e dividendo complementar pago no valor de R\$ 7.595 em 10 de maio de 2022. Conforme determina o artigo 30, § 2º, da Lei 12.973/14, a Companhia possui a prática de oferecer à tributação do imposto de renda e da contribuição social os valores que integraram a base de cálculo dos dividendos distribuídos à conta de reserva para incentivos fiscais.

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 31 de dezembro de 2022, o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 4.173. Adicionalmente, a Companhia propôs a destinação de dividendo adicional no valor de R\$ 53.066, o qual foi objeto de aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que foi realizada em 26 de abril de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía lucro livre para destinação do dividendo obrigatório, dessa forma, optou por propor o montante de R\$ 58.524 como dividendo adicional a partir da reserva de Incentivo Fiscal.

Notas Explicativas

23. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucros--Continuação

A composição dos cálculos dos dividendos, bem como da destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, é apresentada abaixo:

	31/12/2023
Lucro líquido com o efeito tributário dos dividendos	575.287
Efeito tributário dos dividendos propostos da Reserva de Incentivos Fiscais	9.949
Lucro Líquido sem o efeito tributário dos dividendos	585.236
Dividendo adicional propostos	10%
	58.524

24. Lucro por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	575.287	571.437	573.802	571.174
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	498.024	495.835	498.024	495.835
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	501.861	501.587	501.861	501.587
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	1,15514	1,15247	1,15216	1,15194
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	1,14631	1,13926	1,14335	1,13873

Notas Explicativas

25. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS (crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento); e (ii) incentivos fiscais federais de PIS e COFINS (créditos presumidos).

Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Especificamente para os incentivos fiscais de isenção e redução da base de cálculo e diferimento do ICMS, ao efetuar a exclusão da apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetua a constituição de reserva para incentivos fiscais no mesmo montante.

No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Incentivos		
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	109.079	84.300
Isenções e reduções de base de cálculo de ICMS de insumos	247.600	240.657
Diferimento da tributação do ICMS no farelo e fertilizantes	539.338	292.584
Total incentivos fiscais estaduais	896.017	617.541
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 20)	304.646	209.964
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	126.443	91.686
Total incentivos fiscais federais	126.443	91.686
Total	1.022.460	709.227

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia baseou suas subvenções no acordão da decisão proferida pelo STJ no dia 26 de abril de 2023 sobre o tema 1182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS, onde definiu a impossibilidade de aplicar o Pacto federativo aos demais incentivos fiscais, mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL sem constituição de reserva. Houve também o reconhecimento que para os demais benefícios, como isenção, redução e diferimento de ICMS, podem ser excluídos da base do IRPJ/CSLL, desde que observado o art. 10 da LC 160/2017 e art. 30 da Lei 12.973/2014. Considerando opiniões legais dos assessores jurídicos da Companhia, não houve efeitos em função da referida decisão do STJ nas demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Em função da alteração da legislação, a Companhia passará a utilizar os benefícios fiscais de acordo com a nova Lei, o que irá resultar na alteração da alíquota efetiva, gerando um aumento no imposto corrente da Companhia em relação ao que vinha sendo registrado nos últimos exercícios.

Notas Explicativas

25. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivos fiscais estaduais

Crédito presumido de ICMS

A Companhia apura crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do RS, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a soja esmagada tenha origem do Estado. Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo, no montante de R\$ 43.649 referente ao exercício de 2014 a 2017. Ainda, na referida sentença foi reconhecido o direito à compensação ou restituição administrativa do montante apurado, respeitado o prazo quinquenal, com atualização SELIC para os Exercícios em que a Companhia apresentou lucro tributado sobre este tipo de benefício. Para os Exercícios em que a Companhia apresentou prejuízo fiscal, o montante reconhecido refletiu como um aumento do montante de prejuízo fiscal.

Nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$ 109.079 e R\$ 84.300, respectivamente.

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos a isenções e reduções de base de cálculo do ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia.

Em 2020, a Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R\$ 110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$ 101.120 referem-se ao valor de principal e R\$ 9.261 aos juros e atualização monetária. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R\$ 247.600 (R\$ 240.657 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

25. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivos fiscais estaduais--Continuação

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS--Continuação

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 210.704 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía reserva pendente de constituição). Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

Diferimento da tributação do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes ao diferimento da tributação do ICMS são decorrentes das operações de farelo e fertilizantes.

No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando na saída do farelo exportado a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, através do decreto 56227 de 07/12/2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 passou de isenção para diferimento o ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção ao princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14.

No presente trimestre a Companhia optou por registrar montante referente a subvenção incorrida sobre a exportação de farelo dos anos de 2019 a 2021. O montante total apurado foi de R\$281.359.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R\$ 539.338 (R\$ 292.584 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia constituiu reserva conforme previsto na legislação.

Notas Explicativas

25. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivo fiscal federal

Crédito presumido de PIS e COFINS

A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto. No que diz respeito a sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custeio.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$ 126.443 (R\$ 91.686 em 31 de dezembro de 2022).

26. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

O “Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 8.000.000 (oito milhões) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 03 de março de 2021. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações de 20% anuais a partir do primeiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do primeiro programa foi fixado em R\$ 1,75 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 4,39.

O “Segundo Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 07 de março de 2022. O exercício de carência (*vesting*) é de 2 anos com liberações de 40% após o prazo de carência e mais 60% após 4 anos. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 7,52 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 5,97. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção.

Notas Explicativas

26. Pagamento baseado em ações—Continuação

O “Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 240.000 (duzentos e quarenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 27 de outubro de 2022 de maneira retroativa a 3 de março de 2022. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do exercício de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 8,87 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 4,51. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção.

O “Quarto Programa do Plano de Opção de Compra de Ações” foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.510.000 (um milhão e quinhentos e dez mil reais) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 05 de abril de 2023 e 22 de setembro de 2023. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do exercício de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 9,08 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 5,40. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção.

A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial.

Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos.

Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (*income approach*, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)). A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade.

Notas Explicativas

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

Quando da outorga do segundo, terceiro e quarto programa foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de *vestings* e o *dividend yield* definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um *peer group*, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno.

Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga.

A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 9.180 (R\$ 11.775 em 31 de dezembro de 2022). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 34.266 (R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2022).

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2023:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Número total de opções do plano	-	-	-	1.510.000
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000
Número de opções canceladas	(800.000)	-	(40.000)	-
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	4,39	5,97	4,51	5,40
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%
Taxa de retorno livre de risco média (%)				
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%	11,40%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%	11,96%
5º Vencimento	7,71%	-	-	-
Prazo de vida esperado das ações (anos)				
1º Vencimento	1	2	1	1
2º Vencimento	2	4	2	2
3º Vencimento	3	-	3	3
4º Vencimento	4	-	4	4
5º Vencimento	5	-	-	-
Preço de exercício das opções (R\$)	1,75	7,52	8,87	9,08
Média ponderada do preço das ações (R\$)	6,13	11,11	11,00	12,14

Notas Explicativas

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 03/03/2024	34%	1.890
A partir de – 03/03/2025	25%	1.410
A partir de – 03/03/2026	40%	2.220
A partir de – 03/03/2027	1%	50

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve exercício de opções de ações.

Em 24 de março de 2022, foram exercidas as opções de compra de 1.600.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 3.088, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 1,93.

Em 23 de dezembro de 2022, foram exercidas as opções de compra de 800.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas por empregado da Companhia participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 1.600, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 2.

Em 20 de março de 2023, foram exercidas as opções de compra de 1.280.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados participantes do Primeiro e Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 3.158, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 2,04 e R\$ 6,87, respectivamente.

Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na Nota Explicativa 23.

As movimentações das ações outorgadas nos programas de 2022 e 2023, estão apresentadas como segue:

Plano	Ano da Outorga	Quantidade de Ações				Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	
Primeiro Plano	2021	4.800	-	(1.200)	-	3.600
Segundo Plano	2022	1.050	-	-	-	1.050
Terceiro Plano	2022	240	-	(80)	(40)	120
Quarto Plano	2023	-	800	-	-	800
		6.090	800	(1.280)	(40)	5.570

Notas Explicativas

26. Pagamento baseado em ações--Continuação

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ 3,03	6.090	R\$ 1,75	8.000
Outorgadas durante o exercício	R\$ 9,08	800	R\$ 7,77	1.290
Exercidas durante o exercício	R\$ 2,20	(1.280)	R\$ 1,75	(2.400)
Canceladas durante o exercício	R\$ 8,87	(40)	R\$ 1,75	(800)
Em circulação	R\$ 3,20	5.570	R\$ 3,03	6.090
Exercíveis	R\$ -	-	R\$ -	-

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 1,75 a R\$ 9,08.

27. Informações por segmento

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração utiliza essa mesma informação na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias, bem como é a informação recebida e utilizada pelo principal tomador de decisões operacionais. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia.

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos:

- (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de *commodities* agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas *commodities*, bem como dos ativos não monetários relacionados.
- (iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel.

Notas Explicativas

27. Informações por segmento--Continuação

A Companhia define seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Operacional				
Insumos	2.543.550	2.535.397	2.543.550	2.535.397
Grãos	1.777.675	1.347.473	1.766.232	1.348.050
Indústria	4.636.271	3.002.392	4.689.203	3.002.392
Receita operacional líquida	8.957.496	6.885.262	8.998.985	6.885.839
Insumos	(2.096.646)	(1.934.724)	(2.096.646)	(1.934.724)
Grãos	(1.607.168)	(1.214.505)	(1.608.314)	(1.214.505)
Indústria	(4.063.891)	(2.645.611)	(4.063.891)	(2.645.611)
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(7.767.705)	(5.794.840)	(7.768.851)	(5.794.840)
Insumos	446.904	600.673	446.904	600.673
Grãos	170.507	132.968	157.918	133.545
Indústria	572.380	356.781	625.312	356.781
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo	1.189.791	1.090.422	1.230.134	1.090.999
Ajuste a valor justo	15.872	(47.700)	15.872	(47.700)
 Lucro bruto	1.205.663	1.042.722	1.246.006	1.043.299

Receita por cliente

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	
Cliente 1	Farelo	14,16%
Cliente 2	Biodiesel	8,43%
Cliente 3	Soja	2,92%
Cliente 4	Biodiesel	2,89%
Cliente 5	Soja	2,80%
Cliente 6	Farelo	2,74%

Cliente	Controladora	
	31/12/2022	
Cliente 1	Farelo	17,58%
Cliente 2	Biodiesel	8,99%
Cliente 3	Biodiesel	3,81%
Cliente 4	Grãos	3,74%
Cliente 5	Biodiesel	3,37%
Cliente 6	Grãos	3,06%

Notas Explicativas

27. Informações por segmento--Continuação

Localização geográfica

As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

País	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Arábia Saudita	-	21.144	-
Australia	75.161	75.161	-
Bangladesh	-	5.678	-
Chile	-	336	-
China	-	432.576	-
Colômbia	-	439	-
Coreia Do Sul	-	14.352	-
Dinamarca	-	90.580	-
Espanha	-	10.390	-
Guatemala	-	76.685	-
Holanda	-	18.155	-
Ilhas Virgens	4.444	4.444	-
Indonésia	-	21.718	-
Itália	69.300	395.966	1.055.166
Japão	-	5.309	-
Marrocos	-	7.418	-
Singapura	107.830	151.755	-
Suíça	991.281	991.281	-
Tailândia	-	165.775	-
Uruguai	1.291.050	292.219	48.339
Venezuela	-	5.320	-
Vietnã	-	266.877	-
	2.539.066	3.053.578	1.103.505

Notas Explicativas

28. Transações não caixa

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de *Risk Sharing* que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas ou futuras, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor e o reconhecimento de um adiantamento para o fornecedor a ser utilizado para quitação de títulos futuros. Essa operação foi liquidada no exercício de 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou operação de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor. Essa operação foi realizada no valor de R\$ 20.000 e possui vencimento em novembro de 2024.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia deixou de efetuar pagamentos de aquisições de ativo imobilizado no montante de R\$ 12.334 tendo em vista que tal montante encontra-se a pagar a fornecedores, não tendo ocorrido saídas de caixa em 31 de dezembro de 2023 referente a este montante.

Notas Explicativas

29. Evento Subsequente

(i) Constituição da *Joint venture* entre Três Tentos Agroindustrial S.A. e Caramuru Alimentos S.A.

Em 04 de janeiro de 2024, a Companhia obteve aprovação do CADE para constituição da *Joint venture* entre Três Tentos Agroindustrial S.A. e Caramuru Alimentos S.A. com objetivo de movimentação e armazenagem de cargas, originação de grãos, distribuição/comercialização de derivados de grãos e distribuição de fertilizantes.

(ii) Plano do Novo Ciclo de Crescimento

Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia divulgou o plano do Novo Ciclo de Crescimento da Companhia, com um investimento previsto de aproximadamente de R\$ 2.000.000 ao longo dos próximos sete anos.

Os investimentos previstos durante o período contemplam:

- implementação da primeira indústria de processamento de milho da Companhia voltada para a produção de Etanol e derivados de milho localizada na cidade de Porto Alegre do Norte no Estado do Mato Grosso;
- abertura de novas lojas na região do Vale do Araguaia localizado no Estado do Mato Grosso;
- ampliação da capacidade industrial do complexo Soja e da produção de sementes e fertilizantes;
- investimentos em logística, tecnologia, inovação, novos negócios e regiões. Está incluído no investimento previsto o valor de R\$ 200.000 na nova estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte anunciado em 18 de dezembro de 2023 na constituição de uma *Joint Venture* com a Caramuru Alimentos S/A.

As fontes de recursos para execução do Novo Ciclo de Crescimento estão sendo firmadas, sendo prevista a seguinte alocação:

- (i) 25% em captações através de operações estruturadas;
- (ii) 45% em empréstimos e financiamentos de longo prazo;
- (iii) 30% em recursos próprios, levando-se em consideração os desembolsos periódicos do cronograma de expansão, performance da Companhia e um equilíbrio entre capital investido e geração de caixa.

(iii) Aprovação pelo CADE de aquisição de controlada

Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia obteve a aprovação do CADE para aquisição do controle da empresa FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. ("FWA 158"), por meio da aquisição de ações representativas de 100% do capital social total e votante da FWA 158. Atualmente, a FWA 158 encontra-se em fase pré-operacional, sendo titular de alguns ativos imobiliários e licenças operacionais. A operação faz parte do projeto do Novo Ciclo de Crescimento da Companhia, com objetivo de implementar a indústria de processamento de milho.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Três Tentos Agroindustrial S.A.
Santa Bárbara do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Três Tentos Agroindustrial S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos e passivos atrelados à commodities

Veja as Notas 3 (b), 5, 7, 8 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Em função da natureza de suas operações, a Companhia mantém transações ativas e passivas como estoques, cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo, que são atreladas a commodities e estão mensuradas pelo seu valor justo.

A determinação do valor justo considera a política contábil da Companhia e utiliza premissas que estão sujeitas ao julgamento da Companhia.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo dessas transações e ao impacto que eventuais mudanças na política contábil e nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtenção do entendimento (i) do processo de definição e aplicação das políticas contábeis da Companhia para transações com commodities; e (ii) do processo de valorização dos ativos e passivos atrelados a commodities que são mensurados a valor justo;
- Avaliação se a classificação e a contabilização das transações com commodities foram baseadas nas políticas contábeis e diretrizes da Companhia, bem como nos requerimentos estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis;
- Avaliação, por amostragem, dos termos de contratos futuros de compra e venda de commodities e das cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), com o objetivo de avaliar os termos contratuais das commodities utilizadas na mensuração do valor justo;
- Avaliação, por amostragem, de transações de aquisições de commodities a fixar, com o objetivo de avaliar a quantidade a fixar das commodities utilizadas na mensuração do valor justo;
- Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, das premissas relacionadas ao preço das commodities, com base em informações de mercado, utilizada para cálculo do valor justo de estoques, cédulas de crédito dos produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo;
- Obtenção de cartas de confirmação de instituições financeiras que são contrapartes em operações de contratos a termo, com o objetivo de validar a existência das operações e seus termos contratuais; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração ao valor justo dos ativos e passivos atrelados à commodities, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Subvenções governamentais

Veja as Notas 3 (b), 23 (i), (ii), (iii) e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais estaduais relativos ao crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento do ICMS; e incentivos fiscais federais de PIS e COFINS relacionados a créditos presumidos.

Os incentivos fiscais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais.

Devido à relevância dos valores envolvidos e seus impactos tributários, bem como a complexidade na interpretação e aplicação da legislação tributária e das decisões judiciais acerca de tais subvenções governamentais, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a:

- Obtenção do entendimento do processo de apuração dos incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais;
- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em tributos, (i) da documentação suporte preparada pela Administração para cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para fruição dos incentivos fiscais; e (ii) do cálculo para apuração desses incentivos fiscais;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas legais, das opiniões legais e atualizações obtidas pela Administração, no que tange ao cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária e na aplicação dos critérios definidos em decisão judicial; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores contabilizados relacionados a subvenções governamentais, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480**

A Diretoria da Três Tentos Agroindustrial S.A., sociedade por ações com sede na Av. Principal, Distrito Industrial, nº 187, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande Do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

20 de fevereiro de 2024.

Luiz Osório Dumoncel
Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480**

A Diretoria da Três Tentos Agroindustrial S.A., sociedade por ações com sede na Av. Principal, Distrito Industrial, nº 187, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande Do Sul, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

20 de fevereiro de 2024.

Luiz Osório Dumoncel
Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores